

DEBORAH LIMA¹
JORGE POZZOBON²

AMAZÔNIA SOCIOAMBIENTAL

XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum
de Pesquisa 03: "Conflitos Socioambientais e
Unidades de Conservação".

BRASÍLIA

Julho de 2000

A sociedade ocidental consolidou, ao longo dos anos noventa, a adoção de um novo referencial científico para pensar a relação entre as populações humanas e o meio ambiente. Formado por conceitos provenientes da ecologia e da teoria biológica da evolução, e também influenciado pelas propostas do movimento ambientalista, este referencial elegeu o conceito de sustentabilidade ecológica como o indicador mais importante de suas análises. Por sustentabilidade ecológica entende-se a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente.

Neste trabalho, desenvolvemos a idéia de que o conceito de sustentabilidade ecológica proporciona uma nova base para classificar a diversidade social da Amazônia. Se o critério de racionalidade econômica capitalista ordenava os segmentos sociais segundo seu grau de desenvolvimento e integração ao mercado, o emprego de critérios de sustentabilidade ecológica atribui a segmentos sociais antes inferiorizados, uma valoração ecológica positiva. Esses mesmos segmentos sociais, como as populações indígenas, os seringueiros e ribeirinhos, recentemente denominados “populações tradicionais”, incorporaram a marca ecológica às suas identidades políticas como estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais. Dito de outra forma, o critério de valoração ecológica confere novas bases para uma valoração política dos segmentos sociais e engendra um novo quadro ordenatório da diversidade social da Amazônia.³

DA SUJEIÇÃO À SUSTENTABILIDADE

A reformulação de critérios de valoração social, associada à adoção do referencial ambientalista, faz parte de um cenário mundial em que é conferida uma importância tanto científica quanto simbólica à Amazônia. O fato de ser a maior floresta tropical restante no planeta preenche o imaginário de toda comunidade ecologizada do mundo, ao lado de outras questões globais como a perda da diversidade biológica, o efeito estufa e o buraco da camada de ozônio. A construção do paradigma ambientalista é resultado de uma longa reflexão sobre as raízes éticas e ideológicas da crise ambiental que põe em cheque diretamente o modelo de desenvolvimento capitalista, questiona o lugar da espécie humana na natureza e sua

1 Departamento de Antropologia e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Universidade Federal do Pará).

2 Departamento de Ciências Sociais, Museu Paraense Emílio Goeldi, MCT/CNPq.

3 Agradecemos a Márcio Meira pelas sugestões feitas a uma versão preliminar deste artigo.

responsabilidade pelo futuro da biosfera. Esta autocrítica era, até recentemente, impensável.⁴

A idéia da subordinação da “Natureza ao Homem”, sustentada pela cultura judaico-cristã e concretizada pelo progresso tecnológico do capitalismo, teve seu abalo mais forte no final do século XIX, com a repercussão da teoria darwinista da evolução. Uma das mais revolucionárias conclusões do evolucionismo (e também uma das mais difíceis de aceitar) é o caráter casual da existência humana. O reconhecimento científico do fato de que a cadeia evolutiva, responsável pelo surgimento de todas as espécies, não segue nenhum plano pré-determinado implica na espécie humana perder seu lugar central na criação e passar a ser vista como uma casualidade tanto quanto o é a existência das outras espécies de seres vivos do planeta. Nossa presença passa a ser irrelevante não só para o surgimento, mas também para a continuidade das outras formas de vida na Terra. Apesar da ameaça que esta teoria científica trouxe para as bases mitológicas da nossa civilização, o evolucionismo não foi incorporado à cosmologia ocidental, provavelmente porque a dominação da natureza era, até vinte anos atrás, vista mais como um benefício da revolução industrial do que uma ameaça à existência humana. Mesmo assim, se as idéias do evolucionismo não chegaram a modificar a cosmologia ocidental dominante, elas se mantiveram como uma verdade científica potencialmente incômoda e por isso estrategicamente separada das crenças existenciais que ainda orientam a práxis ocidental dominante.⁵

Foi o desenvolvimento da Ecologia que inspirou mais de perto a formulação de novas idéias a respeito do lugar da espécie humana no planeta e forneceu bases científicas para criticar o modo como as referências cosmológicas da cultura ocidental corroboravam um sistema econômico irresponsável para com o meio ambiente e o futuro das próximas gerações. Embora exista desde o início do século XX, foi apenas no final deste que a Ecologia inspirou a formulação de uma racionalidade ambiental alternativa, pautada em valores éticos que adotam conceitos ecológicos como a base

4 O reflexo da mudança de mentalidade se percebe claramente nos financiamentos internacionais para o desenvolvimento regional, no mais das vezes provenientes de acordos bilaterais com o Banco Mundial. Até a década de 80, eles não incluíam cláusulas ecológicas. Na década seguinte, passam a condicionar o desembolso de verbas para a infra-estrutura ao desembolso *pari passu* de verbas para a preservação ambiental e a demarcação de terras indígenas.

5 Ao longo da era moderna, várias manifestações de desconforto com relação ao antropocentrismo se fizeram notar, a ponto de preparar o contexto acadêmico para o surgimento do darwinismo (Thomas, 1984). Com relação a posturas críticas sobre o “custo ambiental” da revolução industrial, vários autores se manifestaram já no século XIX, como Jules Verne em seus últimos escritos e Henry Thoreau, ao longo de sua obra. Porém, ao contrário dos movimentos revolucionários embasados na crítica aos “custos sociais” do capitalismo, como o marxista, tais posicionamentos ambientalistas *avant la lettre* não foram capazes de pensar alternativas à racionalidade utilitária do capitalismo industrial.

de sua reflexão (cf. Diegues, 1996; Morin, 1997). Este processo reflexivo produziu várias mudanças políticas na orientação das agências de desenvolvimento e seu lema mais famoso e divulgado (mas nem por isso menos problemático e ambíguo) é o do desenvolvimento sustentável, um conceito formulado como crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista, principal responsável pela crise ambiental.⁶

Em termos de debates acadêmicos, o novo referencial permitiu avanços consideráveis nos estudos sobre a relação entre populações humanas e meio ambiente na Amazônia. As primeiras tentativas de aplicar conceitos desenvolvidos pela Ecologia ao estudo das sociedades humanas se mostraram frustrantes. Estas análises se limitaram a estudar sociedades indígenas, as únicas consideradas adequadas à aplicação dos modelos de ecologia humana inspirados em modelos desenvolvidos para o crescimento de populações animais. Foram produzidas ao longo dos anos sessenta e setenta, quando a relação entre ecossistemas e populações da Amazônia foi pensada a partir do conceito de adaptação. Rejeitadas por causa de seu caráter reducionista, viam as formações socioculturais dos povos indígenas da Amazônia como adaptações ao ambiente, resultantes da ação da seleção natural - em particular de fatores ambientais limitantes como pobreza dos solos ou carência de proteínas - que teriam impedido o desenvolvimento de formas sociais mais complexas (Meggers, 1977; Gross, 1975; Ross, 1978).

Esse quadro analítico não comportava nossa sociedade "civilizada" porque sua eficiência tecnológica a desvinculava das pressões naturais. Como o desenvolvimento e a história da civilização ocidental teriam se dado independentemente de limitações ambientais, a sociedade ocidental não teria sofrido a mesma pressão dos processos evolutivos que moldaram o desenvolvimento das sociedades indígenas e a ela se reservava o direito a uma "história". A noção de adaptação era entendida mais como uma forma de sujeição das sociedades indígenas ao domínio da natureza do que como um ajuste que certamente ocorre em sociedades de tecnologia mais simples. O paradigma da sujeição impedia visualizar a relação dialética entre formas sociais e meio ambiente, que implica não uma relação de mão única mas bilateral, pois os povos indígenas também exercem pressões sobre o ambiente e afetam sua evolução (cf. Balée, 1994). Por outro lado, esse mesmo paradigma resultou num relativo atraso da reflexão da antropologia politicamente engajada sobre as relações entre a

6 Discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável podem ser encontradas em Redclift (1987), Bellia (1996) e Gudmundsson e Höjer (1996).

sociedade humana e meio o ambiente, pois era visto por esta última como produto de uma ideologia que retirava dos índios a condição de sujeitos da história.⁷

O quadro analítico atual mostra a precariedade epistemológica da dicotomia entre sociedades passíveis de uma análise ecológica e outras isentas. Os povos indígenas se aproximaram da sociedade nacional seja porque as premissas que o determinismo ecológico adotou perderam seu aval científico, seja porque índios “ingressaram na história” com sua inserção na economia de mercado e no movimento indigenista de luta por direitos de cidadania. Quanto à nossa sociedade, a década de noventa pode ser considerada o marco de nosso ingresso no time das sociedades com direito a uma análise ecológica: o conceito de desenvolvimento sustentável, embora ambíguo e dotado de polissemia, coloca-nos à frente de um ideal de “adaptação consciente”. Aproximamo-nos assim uns aos outros. Envolvimento com o mercado e história ecológica são atributos comuns a sociedades para as quais eram, antes, reservados critérios analíticos distintos.

Os reflexos desse processo se fazem sentir através de importante mudança epistemológica na etnologia: onde antes viam "povos sem história" ou "povos de história fria" (cf. Lévi-Strauss, 1973), os pesquisadores passaram a ver povos dotados de dinâmica histórica própria, tanto em épocas pré-colombianas quanto após o contato, quando se torna manifesta a capacidade das histórias nativas de absorver e reinterpretar a história ocidental (cf. Menget, 1998). Por outro lado, a etno-história fornece cada vez mais evidências de que não é correto tomar como modelos dos tempos pré-colombianos os índios que nos tem sido apresentados pela etnologia clássica, pois são o que se poderia chamar de "índios coloniais" (Meira, 1999), isto é, produtos da interação entre as sociedades autóctones e a sociedade nacional emergente. A análise etno-histórica, em conjunto com evidências arqueológicas relevantes, mostra que as sociedades indígenas da Amazônia antes do contato eram bem mais complexas, populosas e hierarquizadas do que atualmente ou na época em que foram descritas por seus etnólogos (Hekenberger, 1996). Os pequenos grupos nativos refugiados nas cabeceiras dos rios e outros lugares de difícil acesso são frutos

7 Mas a antropologia politicamente engajada também se mostrava determinista. O "marxismo na maloca" – como se dizia na década de oitenta - dividia as sociedades em sociedades sem Estado e sem economia de mercado e sociedades com Estado e economia de mercado. Nas primeiras, as atividades econômicas estariam imersas nas instituições de parentesco, sendo, portanto, estruturadas por esquemas simbólicos. Nas últimas, as atividades econômicas adquirem vida própria e se estruturam por dinâmicas independentes do parentesco, da religião, em suma, do simbólico. Os críticos dessa dicotomia procuraram mostrar que mesmo na sociedade urbano-industrial as atividades econômicas estão sujeitas a estruturas simbólicas (cf. Sahlins, 1979).

do contato – da depopulação e desorganização catastróficas que ele provocou – e não uma imagem fiel das sociedades pré-colombianas.

Uma vez que já não cabem mais as antigas dicotomias, fundadas em conceitos de caráter um tanto apriorístico e que não davam conta da grande diversidade observada em campo, o novo contexto analítico abre espaço para abordagens mais empíricas do que teóricas para estudar a relação entre populações e ecossistemas. Uma análise baseada na verificação empírica da sustentabilidade dos usos que fazem as populações humanas dos ecossistemas, produz, desta forma, uma ordenação da diversidade social segundo critérios ambientais.

O emprego do critério de sustentabilidade – que substitui o de “adaptação” da abordagem teórica evolucionária - permite enumerar as diferentes formas de uso que as populações fazem do meio ambiente, considerando suas diferenças genéricas em termos de inserção na economia de mercado e posse de uma tradição ou história ecológica. Partiremos inicialmente, de uma explicação a respeito dessas categorias analíticas.

UMA CLASSIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA OCUPAÇÃO HUMANA DA AMAZÔNIA

Nesta classificação, as categorias socioambientais são distinguidas em termos da pressão de uso e do impacto que exercem sobre o ambiente, relacionados ao modo como ocupam, exploram e concebem sua relação com a natureza. O comportamento que uma dada categoria socioambiental tem em relação ao ambiente é influenciado por características de sua formação social, tais como a orientação de sua produção econômica, o grau de envolvimento com o mercado e a posse de uma cultura ecológica. No entanto, nenhum atributo social isolado pode ser apontado como responsável pelo diagnóstico de sustentabilidade da ocupação do ambiente, como será discutido a seguir.

Sem pretender cobrir toda a diversidade social da Amazônia, distinguimos nove categorias socioambientais de produtores rurais: povos indígenas de comércio esporádico, povos indígenas de comércio recorrente, povos indígenas dependentes da produção mercantil, pequenos produtores “tradicionais”, latifúndios “tradicionais”, latifúndios recentes, migrantes / fronteira, grandes projetos e exploradores itinerantes. Certas categorias sociais amazônicas não foram incluídas nesta classificação ou porque se tratam de segmentos sociais de ocorrência geográfica restrita ou por se encontrarem num processo ainda em curso de redefinição dos critérios de usufruto da

terra, como os produtores rurais descendentes de migrantes japoneses, que praticam agricultura intensiva no Médio Amazonas, e os remanescentes de quilombo do médio Amazonas, Trombetas, Tocantins, Amapá e Maranhão, em função do caráter coletivo que seus territórios tradicionais assumiram por conta da demarcação. Sobre estes casos, veja Benchimol (1999).

Como em qualquer classificação, as categorias produzidas são ideais e constituem uma simplificação da realidade. Trata-se de um ordenamento da diversidade empírica, onde as categorias e seus atributos permitem uma análise de tendências e não uma enumeração exaustiva e engessada da variedade socioambiental na Amazônia.

Tabela 1. Uma classificação socioambiental da Amazônia

Categorias Socioambientais	Sustentabilidade Ecológica	“Cultura Ecológica”	Orientação Econômica
Povos indígenas de comércio esporádico	alta	mitógena	autóctone
Povos indígenas de comércio recorrente	média	mitógena	consuntiva
Povos indígenas dependentes da produção mercantil	baixa	mitógena / “tradicional cabocla”	consuntiva
Pequenos produtores “tradicionalistas”	média	“tradicional cabocla”	consuntiva
Latifúndios “tradicionalistas”	média	“tradicional cabocla”	rentária
Latifúndios recentes	muito baixa	não formada / depredatória	lucrativa
Migrantes / fronteira	baixa	não formada / emergente	consuntiva
Grandes projetos	baixa	aplicada	lucrativa
Exploradores itinerantes	muito baixa	depredatória	lucrativa

O critério usado para julgar o grau de sustentabilidade ambiental relativo a cada categoria foi baseado em uma avaliação do impacto ambiental de sua ocupação. Uma alta sustentabilidade ambiental significa que a ocupação humana não interfere nos processos ecológicos essenciais para o pleno funcionamento do ecossistema (e não que este se mantém inviolável, pois a presença humana, mais do que outras espécies, sempre produz modificações ambientais). Uma alta sustentabilidade é verificada em uma ocupação que não degrada o ambiente, não provoca alterações micro-climáticas, não polui, não destrói habitats, não explora recursos naturais

renováveis acima de sua capacidade de regeneração, nem resulta em extinções de espécies.⁸

A classificação empregada no quadro acima se baseia em uma expectativa de sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos muito elevada, principalmente se a compararmos aos critérios de sustentabilidade normalmente adotados para outros ambientes. Em relação a sistemas agrícolas, por exemplo, o conceito de sustentabilidade se refere ao emprego de estratégias de prevenção contra erosão do solo e perda de nutrientes; e em relação às cidades, ao controle de poluição da água e ar. Esta alta expectativa de sustentabilidade ecológica para a Amazônia corresponde, em larga medida, à que orienta instituições que financiam projetos de conservação e desenvolvimento sustentado na região, e está ligada ao fato da Amazônia apresentar a maior floresta tropical úmida remanescente no planeta. Não é nossa intenção discutir a questão do grau de sustentabilidade desejada, mas apenas analisar o desempenho ambiental dos segmentos sociais segundo este critério de classificação.⁹

Associado à classificação do grau de sustentabilidade da ocupação, identificamos o tipo de conhecimento que cada categoria socioambiental tem a respeito do ambiente que ocupa. Cultura ecológica "mitógena" (advinda do mito) é aquela em que os elementos do ambiente natural são pensados segundo seu papel no mito e seu lugar no cosmo nativo. Esse tipo de cultura ecológica, eminentemente indígena, tem em comum com a cultura ecológica aqui chamada de "tradicional cabocla" a transmissão oral de conhecimentos de uma geração para a outra. Mas à diferença da indígena, a cultura ecológica cabocla se compõe de fragmentos de diversas tradições (principalmente indígenas e ibéricas), não sendo referida a um cosmo único nem a um ciclo coeso de mitos. No entanto, a cosmologia amazônica não-índia tem em comum com as cosmologias indígenas uma perspectiva não dualista – i.e., que concebe uma ordem integrada e comunicante entre a sociedade e a

8 Como define o documento "Carrying for the Earth" (IUCN, UNEP e WWF, 1991:198), uma sociedade é ecologicamente sustentável quando "conserves ecological life-support systems and biodiversity; ensures that uses of renewable resources are sustainable and minimizes the depletion of nonrenewable resources; keeps within the carrying capacity of supporting ecosystems."

9 Para uma discussão sobre os diversos significados de sustentabilidade e diferentes visões sobre quais recursos naturais deveriam ser sustentados, ver Gale e Corray (1994). A pluralidade de critérios de sustentabilidade ambiental revela a tendência conservadora das aplicações do conceito de sustentabilidade – está ligado mais a uma expectativa de manter o status quo dos diversos ambientes naturais e sociais do que a uma idéia de promover um padrão de integridade ambiental comum ou uma "revolução ecológica". O que há de genérico no emprego do conceito de sustentabilidade – pois uma definição consensual ainda se encontra em processo de construção - é o mesmo expresso em uma de suas primeiras formulações, aplicada à noção de desenvolvimento: a intenção de garantir que as ações do presente não comprometam o futuro das próximas gerações, para as quais se espera melhorar a qualidade da vida humana sem deixar de respeitar os limites da capacidade suporte dos ecossistemas vitais (IUCN, WWF, UNEP, 1991).

natureza -, como se revela numa série de histórias de transformação de pessoas e espécies animais em seres míticos pelo “encante” (Slater, 1994), além de vastos conhecimentos ecológicos. Como entre as sociedades ameríndias (cf. Descola, 1994; Århem, 1996), a esta cosmo-ecologia não dualista correspondem modelos de interação com o ambiente embasados em uma série de mitos, sanções e tabus que regulam as atividades de exploração de espécies naturais, como o curupira, as mães de “bichos”, a panema e outros tantos (Galvão, 1951, 1955; Da Matta, 1973).

No jargão recente da antropologia ambiental, a sigla “TEK” (*Traditional Ecological Knowledge*) tem sido usada para denotar tais conhecimentos e práticas tradicionais de baixo impacto ambiental nem sempre racionalizados na forma de um *know-how* ecológico, mas imersos (*embedded*) em campos semânticos que se estendem para além das práticas econômicas propriamente ditas, como a religião e a cosmologia. A denominação aqui adotada – “cultura ecológica” – é mais abrangente do que esta sigla, de modo a permitir uma referência genérica à forma de percepção, aos conhecimentos e às práticas ambientais manifestas por qualquer segmento social – seja uma população tradicional ou outra. Apesar de ser atualmente alvo de revisões críticas, o conceito antropológico de cultura permite chamar atenção para a diversidade dos valores e motivações que informam a prática econômica e a maneira como os grupos sociais se relacionam com o meio. Deste modo, a cultura ecológica pode privilegiar valores econômicos do mercado ou valores não materiais; pode levar em conta os processos ecológicos - seja de forma empírica ou metafísica - e guiar suas práticas de acordo com estes, ou desprezar o efeito de suas ações sobre o ecossistema. Outro termo que tem sido adotado é “etno-ecologia”, mas este associa a diversidade de culturas ecológicas a uma especificidade étnica, o que não ocorre necessariamente em universos sociais mais amplos como o desta análise.

Da mesma forma que as implicações da cultura ecológica, e associada a esta, a orientação econômica de uma população também produz efeitos sobre seu grau de sustentabilidade. Por orientação econômica “autóctone” queremos referir não apenas o caráter originário (não colonial) das economias indígenas pouco alteradas, como também o seu caráter de independência com relação ao mercado. A orientação “consuntiva” (de consumo), embora tenha em comum com a “autóctone” o fato de ser voltada para o consumo do grupo doméstico, busca no mercado itens que o grupo considera indispensáveis para sua reprodução. Uma diferença análoga existe entre a orientação “rentária” (de renda) e a orientação “lucrativa”. Enquanto a primeira se volta para a reprodução de um certo conforto que as oligarquias tradicionais (como os

fazendeiros do Marajó, de Roraima, do Baixo Tocantins e do Médio Amazonas) consideram indispensável, a segunda visa a acumulação de capital, o que no meio rural amazônico implica a expansão constante das frentes pioneiras ou a transformação da paisagem florestal para instalar empreendimentos capitalistas a exemplo do projeto Jari, latifúndios do Sul do Pará ou os Grandes Projetos governamentais como Carajás.

A pressão de uso que um grupo social impõe ao meio ambiente é determinada por uma combinação de fatores de ordem territorial e geográfica (densidade populacional e condições de transporte e comunicação), econômica (orientação econômica, incluindo as tecnologias de exploração dos recursos naturais, e dependência em relação ao mercado) e cultural (cultura ecológica e demandas sociais). O que se observa no quadro acima é que, sendo um produto multicausal, a sustentabilidade atribuída a uma categoria social corta transversalmente várias dicotomias sociológicas clássicas como índio x branco, camponês x latifundiário, modo de produção doméstico x modo de produção capitalista, orientação econômica voltada para o consumo x orientação para o lucro. Nenhuma dessas dicotomias é capaz de explicar a heterogeneidade na relação com o meio ambiente que as categorias sociais referidas acima apresentam.

Não são os atributos de etnicidade, classe ou orientação econômica de um dado segmento social que definem, por si, seu comportamento em relação ao ambiente mas a conjugação particular de suas características sociais em um dado momento e lugar. A categoria “índio” não está necessariamente associada à sustentabilidade, nem a de “branco” à insustentabilidade, embora se atribua às sociedades indígenas a herança da sustentabilidade e à população branca o papel oposto. É importante atentar para a cristalização de “estereótipos socioambientais” que atribuem valores ecológicos positivos ou negativos à diversidade social da Amazônia. Uma tal premissa obstrui a construção de uma análise objetiva a respeito da interação complexa entre os processos sociais responsáveis pela degradação ambiental.

Pelo critério de sustentabilidade ecológica apresentado acima, apenas povos indígenas relativamente isolados apresentam, hoje, uma ocupação de baixo impacto ambiental. São sociedades que possuem densidades populacionais baixas, têm alta mobilidade de assentamento, uma demanda sobre recursos naturais limitada e um profundo conhecimento ecológico no qual se baseia não só a sustentabilidade ecológica de sua atividade econômica como a sua cosmologia. O comércio esporádico

não chega a modificar este padrão de uso do ambiente. Em geral, o envolvimento com o mercado só implica em mudanças socioambientais quando é seguido por alterações significativas no padrão de consumo do grupo fazendo com que este eleve a pressão que exerce sobre o ambiente para atender à demanda por recursos naturais que o mercado apresenta. No contexto de grupos indígenas, é possível observar uma relação entre grau de envolvimento com o mercado e sustentabilidade ecológica - mas esta não é uma associação válida para toda a diversidade socioambiental.

Nos grupos indígenas que têm seu território demarcado, apresentam alta densidade populacional e mantêm estreitas relações com o mercado, esta relação decorre da incompatibilidade entre os sistemas tradicionais de exploração dos recursos naturais e a fixação em um território delimitado. O aumento da população e o envolvimento crescente na economia de mercado elevam as taxas de exploração dos recursos naturais a níveis acima de sua capacidade natural de reposição. Além do aumento da pressão que estes grupos indígenas exercem sobre os recursos naturais em suas áreas devido ao crescimento das necessidades de consumo, agentes econômicos de fora, que adotam diversas estratégias para usufruir dos recursos naturais existentes nas áreas indígenas, contribuem para agravar a pressão de exploração, seja pelo uso de persuasão e negociação com lideranças, seja pela invasão e descaso pelo direito indígena de usufruto exclusivo de suas terras. Como resultado, vários povos enfrentam hoje a escassez de recursos naturais que são essenciais tanto para seu consumo direto como para a venda, e já comprovam a extinção local de várias espécies de plantas e animais.¹⁰

Em contraste com esta situação, há populações ribeirinhas que apresentam sistemas mais sustentáveis de exploração do ambiente, como as que possuem assentamentos vizinhos a tais terras indígenas no médio rio Solimões. São segmentos camponeses de ocupação histórica e com conhecimentos ecológicos extensos. Embora sejam dependentes do mercado para sua reprodução, a pressão que exercem sobre o ambiente não é da mesma intensidade que alguns povos indígenas porque sua densidade demográfica é regulada por meio de uma alta mobilidade, tanto para

10 A situação descrita acima se refere principalmente a terras indígenas localizadas no rio Solimões, e não ao conjunto de todas as terras indígenas da Amazônia. Nos últimos quinze anos, o processo de regularização fundiária de terras indígenas tem adotado critérios de demarcação que fazem justiça ao uso tradicional dos recursos naturais pelas populações indígenas envolvidas, resultando em terras indígenas bem maiores do que as que se demarcavam anteriormente. Como exemplo, podemos citar as terras indígenas dos Kayapó, o Parque Indígena do Tumucumaque, o Parque Indígena Yanomami, as terras indígenas do Rio Negro e do Vale do Javari. No entanto, mesmo esses grandes territórios correm risco de degradação ambiental a médio prazo, pois tem aumentado bastante o número de habitantes, bem como suas demandas em mercadorias e, em consequência, a pressão que fazem sobre o meio ambiente e as alianças com exploradores não-índios interessados em obter lucros.

outras áreas rurais quanto para áreas urbanas. Esta mobilidade está associada ao cultivo da mandioca pelo sistema de rodízio ou coivara, que impõe a mobilidade dos assentamentos para permitir a regeneração das capoeiras, e ao sistema de posse da terra por direitos adquiridos pelo usufruto (a forma tradicional de propriedade em sistemas sociais que praticam a agricultura de rodízio), que não prende a população à um território fixo. Com efeito, em determinados contextos, o território indígena demarcado pode ser um fator limitante à auto-sustentação, pois o tamanho reduzido e o caráter fixo do assentamento impedem o ajuste da capacidade de suporte do ambiente.

No entanto, a densidade demográfica, apontada nestes exemplos como tendo relação direta com o grau de sustentabilidade ecológica, não é um fator suficiente para explicar a pressão de uso de um segmento social. O alto grau de modificação ambiental dos empreendimentos agropecuaristas do sul do Pará é um exemplo contrário. A baixa densidade demográfica nestes latifúndios, principalmente os pecuaristas, não assegurou nem a manutenção da integridade ecológica do ecossistema original nem a sustentabilidade econômica dos pastos cultivados após o desmatamento (Mattos e Uhl, 1996).

Assim como é falacioso, conforme se viu acima, atribuir valores ecológicos positivos ou negativos a categorias sociais sem levar em conta o caráter múltiplo dos fatores que influenciam a sustentabilidade, assim também seria falacioso supor um comportamento ecológico homogêneo no seio do mesmo “tipo” social (“camponeses”, “índios”, “latifundiários”). Como acontece com povos indígenas, entre diferentes segmentos camponeses podemos observar quadros socioambientais diversos. Se de fato podemos classificar as populações ribeirinhas da Amazônia e os imigrantes recentes na mesma rubrica de “camponeses” (por apresentarem economias domésticas voltadas para o consumo e a reprodução de seus membros), estas populações apresentam graus distintos de sustentabilidade ecológica em função de suas diferentes culturas ou tradições ecológicas. As primeiras gerações de migrantes que ocuparam extensas áreas da Transamazônica e de Rondônia muitas vezes tinham seu desempenho econômico prejudicado pelo fato de não saberem utilizar vários recursos da floresta, ao contrário das populações tradicionais (cf. Moran, 1979). Além de estar ligada à falta de conhecimentos sobre formas de uso do ambiente natural, a prática de desmatamento é incentivada pelo fato de legitimar a posse da

terra ou, se acompanhada de plantio de pasto, aumentar o valor da terra com vistas à venda para grileiros (Ianni, 1979b; Hall, 1991).¹¹

Da mesma forma, enquanto populações ribeirinhas e migrantes podem ser igualmente qualificadas como populações "pobres", elas apresentam diferentes culturas ecológicas e produzem diferentes impactos ambientais, desafiando, deste modo, o consenso expresso no Relatório Brundtland, na Eco 92 e em publicações oficiais, de que pobreza e degradação ambiental estejam necessária e intimamente relacionadas (cf. CIMA, 1991). Relatórios oficiais mais recentes (como Forsyth, Leach e Scoones 1998), apresentam novas reflexões sobre a relação entre pobreza e meio ambiente. Como estas não são categorias homogêneas, é preciso identificar, segundo esses relatórios, o contexto que leva segmentos pobres a degradarem o ambiente: geralmente por falta de opções econômicas para sua sobrevivência imediata. Mas nem na Amazônia nem em outras regiões se concede igual atenção à relação entre riqueza e meio ambiente. Dentre as categorias socioambientais apresentadas acima, os latifundiários recentes, como os proprietários das grandes fazendas do Sul do Pará, são responsáveis por uma das maiores taxas de desmatamento deste estado. Em contrapartida, os latifúndios tradicionais da Ilha de Marajó, por exemplo, têm apresentado ao longo do tempo uma relativa capacidade de manter estável a ecologia das áreas que ocupam. Portanto, a sustentabilidade dos assentamentos "ricos", assim como a dos assentamentos "pobres", também depende de fatores como cultura ecológica e orientação econômica.

Feitas essas observações sobre os critérios usados na classificação, passemos agora ao exame das especificidades de cada uma das categorias socioambientais apresentadas no quadro acima.

POVOS INDÍGENAS DE COMÉRCIO ESPORÁDICO.

Os povos indígenas incluídos nesta categoria são os que ocupam as áreas menos acessíveis e que estão mais distantes das rotas de mercado. São populações que ainda mantêm inalterados seus conhecimentos "mitógenos" sobre o ambiente natural. O território ocupado pelo grupo é objeto de verdadeiros zoneamentos socioambientais nativos: os recursos naturais são localizados e categorizados conforme a pertinência a certos segmentos sociais ligados ao parentesco e à mitologia (aldeias, clãs, linhagens, parentelas, dialetos regionais, áreas sagradas etc.), o que

¹¹ Só recentemente, em meados da década de 1980, é que a floresta passou a ter valor econômico, a partir do desenvolvimento da indústria madeireira no sul do Pará (Veríssimo et al., 1996).

permite o comércio autóctone e uma ampla circulação de recursos geograficamente circunscritos. Em termos de sustentabilidade ambiental, está associada a uma pressão ambiental pouco expressiva porque a demanda por recursos naturais é baixa e reflete o caráter limitado das necessidades materiais dos grupos.

Os povos nessa situação de contato podem ser distinguidos em duas subcategorias principais: de um lado os povos cujas terras são razoavelmente protegidas de invasões madeireiras, garimpeiras, posseiras ou fazendeiras; de outro lado, aqueles que embora sejam de contato recente, têm suas terras periódica ou constantemente invadidas por elementos exógenos. Como exemplo típico do primeiro subgrupo, temos os Enawenê-Nawê no oeste de Mato Grosso, cujas terras estão livres de invasão graças ao trabalho de uma ONG ligada à Igreja, a Opan, que desde os primeiros contatos em 1975 vem alertando os índios sobre os perigos das alianças com invasores. Já os Yanomami pertencem ao segundo grupo. A diferença não é circunstancial: o território Enawenê-Nawê é bem menor que o Yanomami; por outro lado, os Enawenê-Nawê são socialmente bem mais coesos e corporativos (Arruda, 1984), ao passo que os Yanomami se subdividem tradicionalmente em dezenas de subgrupos que competem entre si por território (Chagnon, 1974; Lizot, 1977; Albert, 1985), sendo, portanto muito difícil uni-los todos em torno do objetivo comum de não fazer alianças com os garimpeiros que invadem anualmente as suas áreas. Tais alianças, além de facilitarem a degradação do meio ambiente são particularmente desvantajosas para os Yanomami, pois, sendo de contato recente, pouco sabem sobre os valores das mercadorias e aceitam meras bugigangas em troca de quilos de ouro retirados de ilegalmente suas áreas. Entre esses dois extremos, Enawenê-Nawê e Yanomami, há uma grande variedade de casos (como Maku, Waimiri-Atroari, Waiãpi, Wayana).

De acordo com o grau de sustentabilidade ecológica apresentado pelas diversas categorias socioambientais apresentadas acima, diferentes ações podem ser recomendadas, com vistas a promover um incremento ou a manutenção de sua sustentabilidade ecológica. Neste sentido, identificamos o que seriam as demandas ecológicas necessárias para alcançar este fim.

Para os índios que se encontram neste estágio inicial de contato, as demandas ecológicas - dificilmente formuladas por eles mesmos, pois lhes falta uma compreensão adequada do funcionamento da sociedade nacional envolvente e dos processos político-econômicos implicados - se resumem à prevenção contra certos riscos bastante graves como:

1. desaparecimento devido a doenças para as quais os índios ainda não desenvolveram defesas naturais;
2. desaparecimento devido a massacres praticados por invasores ilegais, como garimpeiros, madeireiros, posseiros, grileiros e narcotraficantes (estes últimos, sobretudo nas áreas de fronteira com a Colômbia);
3. poluição dos rios por mercúrio e outros produtos usados pelos garimpeiros;
4. desmatamento seletivo e predatório praticado pelos madeireiros, provocando alterações na morfologia do solo, assoreamento dos mananciais e baixa na piscosidade dos cursos de água (cf. Capobianco e Giannini, 1995; Macedo, Giannini e Tatto, 1997; Macedo, Giannini, Andreas e Ladeira, 1997);
5. alterações nos padrões de tradicionais de assentamento.

Este último risco merece um comentário à parte. Sob a alegação, por parte da Funai ou das missões religiosas, de que os índios precisam de assistência médica e de proteção contra a violência dos invasores, várias grupos locais que antes viviam dispersos pelo território tradicional são reunidos e aldeados em alguns poucos postos missionários ou postos indígenas. Em conseqüência, esgotam-se rapidamente os recursos naturais no entorno desses grandes aldeamentos, obrigando os índios a viagens que tornam impraticável trazer carne de caça ou peixes suficientes para a alimentação da família, uma vez que os caçadores e pescadores vão tão longe que precisam dormir e comer no caminho. Para mitigar este estado de coisas, a Funai ou a missão religiosa introduz a criação de gado e pequenos animais domésticos, cuja produtividade comprovadamente não é capaz de suprir as necessidades protéicas dos novos povoados. Em conseqüência, tais povoados padecem de fome crônica ou se tornam dependentes do fornecimentos de "ranchos" por missionários ou agentes da Funai. Por outro lado, a concentração espacial e as carências alimentares tornam fácil a disseminação de epidemias de sarampo, gripe, varíola, tuberculose e outras doenças trazidas pelos próprios agentes e missionários. Assim, a assistência ao índio, sob o pretexto de solucionar problemas de saúde e nutrição, na verdade cria esses problemas sem se aperceber. Por fim, a concentração espacial tem ainda o efeito de tornar os índios de contato recente presas bem mais fáceis para aqueles que exploram ilegalmente suas áreas e cujas atividades a Funai e a Igreja muitas vezes não são capazes de coibir (cf. Pozzobon, 1999).

Pelo exposto, é fácil ver que as demandas ecológicas de prevenção contra alterações nos padrões tradicionais de assentamento se ligam indissociavelmente a

certas demandas sociais. No caso dos índios de contato recente tais demandas podem ser divididas em três categorias:

1. demarcação criteriosa do território como garantia da manutenção da orientação econômica "autóctone";¹²
2. estratégias sanitárias capazes de atender os índios em suas aldeias de origem, sem alterar os padrões tradicionais de assentamento (equipes volantes de saúde, formação de agentes indígenas de saúde, programas itinerantes de educação sanitária etc.);
3. estratégias de vigilância e fiscalização do território que não alterem os padrões tradicionais de assentamento (criação de postos de vigilância indígena nos pontos chave do território; habilitação de índios para operar radiofonia, motores de popa ou viaturas; definição de rotinas em caso de invasão, tais como o comunicação imediata do fato aos interlocutores e parceiros na sociedade civil, o acionamento do Ministério Público e, por via de consequência, da Funai e da Polícia Federal para a expulsão dos intrusos).

Em geral, os povos indígenas de comércio esporádico demonstram pouca compreensão sobre o mundo das mercadorias, podendo, como vimos acima, ser facilmente enganados pelos garimpeiros e outros intrusos em troca de "bugigangas" de valor bem inferior à quantidade de trabalho ou produtos que eles, índios, doam em troca desses itens. Isto se deve obviamente ao fato de que neste estágio de contato os índios não conseguem conceber o valor relativo das mercadorias em termos de seu padrão universal de medida - o dinheiro.

POVOS INDÍGENAS DE COMÉRCIO RECORRENTE.

Já os grupos indígenas que mantêm relações comerciais recorrentes com a sociedade local e regional demonstram compreender bem melhor as operações monetárias e o valor relativo das mercadorias que desejam. Essa mudança de perspectiva se deve a uma transformação profunda na relação dos nativos com a mercadoria: se na primeira fase de contato com o comércio, as mercadorias são artigos de luxo, a cuja utilidade os índios costumam agregar um valor estatutário (possuir um terçado torna um homem mais importante aos olhos de seus pares), ou enquadrá-las a um referencial simbólico que lhes confere valor segundo significados particulares ao grupo, na segunda fase certas mercadorias deixam de ser apenas a

marca de um status diferenciado e passam a ser consideradas indispensáveis para a vida cotidiana (cf. Hugh-Jones, 1992). Incluem-se nessa rubrica certas ferramentas, tais como machados, terçados, facas, anzóis, espingardas, roupas e medicamentos de uso simples (analgésicos, anti-sépticos, vermífugos etc.). Na eventualidade de um corte súbito no suprimento de mercadorias, os povos indígenas nesse segundo estágio de contato ainda dispõem de algumas mulheres e homens mais velhos capazes de substituir os itens em falta por suas contrapartidas nativas. Assim, na falta de chumbo e pólvora para as espingardas, por exemplo, usam-se arcos e flechas, que os velhos ainda sabem fazer. Na falta de medicamentos, usam-se as infusões de plantas medicinais. Neste sentido, ainda não se observa uma perda significativa dos conhecimentos ecológicos da "tribo" como um todo. Porém, a presença cada vez mais significativa da escola, a decadência paulatina da transmissão tradicional de conhecimentos e o uso cada vez mais intenso de produtos industrializados no lugar dos equivalentes nativos tornam a cultura ecológica "mitógena" progressivamente restrita aos velhos, pondo em risco sua continuidade.

A categoria "povos indígenas de comércio recorrente" abrange uma grande diversidade de situações sociais - incluindo, na verdade, a maioria dos povos indígenas da Amazônia -, cujo traço comum é o fato de que a produção para a venda já é incorporada no cotidiano e nas práticas culturais. Em geral, trata-se de povos localizados ao longo das principais vias de comunicação (rios mais navegáveis e rodovias de "integração").

Do ponto de vista da estrutura de mercado, podemos distinguir três situações típicas: ou os índios se integram ao sistema tradicional de "aviamento", ou participam de um tipo de extrativismo mais recente e bem mais depredatório, que envolve basicamente o garimpo e a comercialização de madeiras nobres, ou ainda participam do que podemos chamar de sistema mediado de comercialização. Vamos por partes.

1. *Sistema tradicional de aviamento.* É originário do antigo regime do "barracão", desenvolvido/ consolidado no final do século XIX e início do XX durante o ciclo da borracha. Naquela época, os patrões seringalistas controlavam certas bocas de rio, onde estabeleciam seus "barracões", entrepostos comerciais que "aviavam" (adiantavam) mercadorias aos seringueiros, que tinham de pagá-las (em "bolas" melhor tirar porque além delas tem as peles e outras formas) com borracha. (mudei aqui) Por meio deste escambo monetizado, era possível imobilizar a força de trabalho através de uma escravidão pela dívida, pois eram os patrões quem

12 Veja acima, nota 8.

manipulavam as contas de seus fregueses. O sistema que sobreviveu à queda da borracha e se transformou em prática corrente em todo o oeste da Amazônia, até nossos dias, é usado para explorar não apenas a borracha natural, mas também outros produtos florestais de que trataremos logo a seguir. No lugar dos barracões, há os "regatões", comerciantes embarcados que possuem uma rede arborescente de "fregueses" (clientes) cujas embarcações cada vez menores penetram os altos rios em busca de fregueses ainda mais humildes, que, por seu turno, exploram o índio - o freguês sem freguês. Como no ciclo da borracha, o índio jamais consegue saldar suas dívidas e só não reage por temor a um corte drástico no suprimento de mercadorias e medicamentos, de que se tornou dependente ao longo dos anos. Além disso, desenvolvem-se entre os "fregueses" e os "patrões" laços de parentesco fictício, em que os últimos se tornam padrinhos dos filhos dos primeiros, disfarçando, com este imaginário familiar, a relação de exploração e opressão. No rio Negro, o sistema do "regatão" convive muitas vezes com a missão, sendo a ela complementar, pois os padres criam a necessidade de mercadorias industriais na faina de atrair o índio para a fé cristã, mas não são capazes de satisfazer a demanda indígena crescente. Neste vácuo, entra o "regatão". Atualmente, os produtos entregues pelos índios em troca de mercadorias são: látex, sorva, cipó, piaçaba, copaíba, peixes ornamentais, frescos, secos e salgados, madeiras, peles, farinha de mandioca e artesanato indígena tradicional. Em alguns casos, o regatão chega a vender para seus trabalhadores (no seringal, +nos acampamentos de pesca etc.) a farinha que comprou das esposas e parentes dos mesmos. Exemplos típicos de integração com o comércio local no estilo "regatão" se encontram no alto rio Solimões, envolvendo índios Tikuna, e em todo o vale do rio Negro, envolvendo grupos Tukano e Arawak (cf. Ribeiro, 1970; Oliveira Filho, 1988; Meira, 1993).

2. Extrativismo recente.

2.1. Garimpo. Na Amazônia, as frentes garimpeiras datam em sua maioria da segunda metade do século XX. Sua presença nas áreas indígenas é ilegal e sempre resulta de invasões mais ou menos espontâneas (basta que surja uma "fofoca" de ouro em algum lugar). Afora alguns casos de brutalidades como a que se praticou em 1993 contra os Yanomami de Haximu, pode-se dizer que o garimpeiro busca muito mais seduzir o índio para agir em seu favor, quanto mais não seja para não atrair ações legais de desintrusão, com presença da Polícia Federal, do Ibama e das Forças Armadas, a exemplo do que tem ocorrido entre os Kayapó, no sul do Pará. Com efeito, os garimpeiros procuram captar a simpatia de lideranças indígenas, que passam a

usufruir de bens de consumo anteriormente inacessíveis, em troca da “autorização” ao garimpo. Isto provoca desarticulação social, na medida em que surgem privilégios econômicos, pois nem todos os membros do grupo são beneficiados por essas “autorizações”. Por outro lado, os garimpeiros trazem consigo a prostituição, as doenças venéreas, a malária, o alcoolismo, o tráfico de cocaína e os duelos a tiros. Em contextos politicamente articulados e organizados, como é o caso dos índios do vale do Rio Negro, a presença dos garimpeiros é rapidamente percebida como indesejável. Porém entre os Kayapó, de contato mais recente e tradicionalmente muito factionalistas, os efeitos do garimpo são bastante nefastos: além da depopulação devido às doenças, há o aliciamento de lideranças, com surgimento de privilégios econômicos em detrimento da maioria. Em termos estritamente ambientais, há o mercúrio jogado nas águas posteriormente ingeridas, cujo efeito mais deletério são as anomalias de formação nos fetos humanos, e finalmente o desmatamento das barrancas dos cursos d’água, com o assoreamento dos rios, o descontrole das cheias e a escassez de caça e pesca (Oliveira, Meira e Pozzobon, 1994).

2.2 *Exploração de madeira.* O que foi dito acima sobre a ação dos garimpeiros, pode-se afirmar também da ação dos madeireiros: presença ilegal nas áreas indígenas garantida por meio de alguma violência física contra os índios, sempre abrandada pelo aliciamento de lideranças através de presentes às vezes bem caros, como viaturas utilitárias e aviões. Aí está a diferença em relação ao garimpo: os madeireiros mobilizam muito mais verbas. Por isso também podem pagar capangas e matadores, que, se não chegam a praticar o genocídio, encarregam-se de eliminar indivíduos - índios ou não - que eventualmente resistam ao roubo de madeira nas áreas indígenas. Porém, o efeito social é semelhante ao do garimpo: cria-se um grupo privilegiado de lideranças cooptadas, enfraquecendo com isso o tecido social nativo e as instituições em que se funda a autonomia econômica e cultural do grupo. Os exemplos mais característico de envolvimento de índios com a exploração ilegal de madeiras na Amazônia são os Kayapó, no sul do Pará, e os Guajajara, no oeste do Maranhão (Macedo, Giannini e Tatto, 1997; Macedo, Giannini, Andreas e Ladeira, 1997; Pozzobon, 1999).

3. *Comércio mediado.* Sob esta rubrica, podemos incluir uma série de iniciativas por parte de agências “indigenistas”, visando direcionar a produção indígena para o mercado, ou facilitar-lhe o acesso ao mercado, ou ambas as coisas. De acordo o modo como a mediação é feita, podemos dividi-la em mediação tutelar e mediação com parceria.

3.1. Mediação tutelar. No mais das vezes praticada pela Funai e pelas missões religiosas. Inspirados na vaga idéia de que os índios precisam produzir algo para adquirir as mercadorias que desejam e animados pelos capitais recentemente colocados à disposição através de financiamentos internacionais de caráter ecológico (Prodeagro, Planaflo, PPG7), missionários e funcionários da Funai dão-se à elaboração dos chamados "projetos produtivos sustentáveis". Em geral, trata-se de iniciativas pouco sustentáveis e muito frustrantes para os índios: primeiro, devido à solução de continuidade, decorrente de más avaliações da capacidade de absorção dos mercados locais e regionais; segundo, porque não treinam índios para administrar a produção e a comercialização de produtos nativos (daí o caráter tutelar). Os produtos visados pela mediação tutelar costumam incluir o artesanato, a farinha de mandioca e algumas manufaturas exógenas tais como a banana passa e outras frutas cristalizadas. Os benefícios da mediação tutelar tornam-se particularmente irrisórios diante das vantagens oferecidas pelo garimpo e pelo abate de madeiras. Em suma, para ter sustentabilidade ecológica, é preciso que o projeto demonstre ser econômica e socialmente sustentável, coisa de que nem os missionários nem os engenheiros agrônomos da Funai parecem ter consciência (Instituto Socioambiental, 1999).

3.2. Mediação com parceria. Incluem-se aqui as parcerias entre organizações indígenas e ONGs ou institutos de pesquisa. Ao contrário da mediação tutelar, o que se visa neste caso é a transferência de novas tecnologias ou adaptação de tecnologias nativas à exploração ecologicamente sustentável de produtos que realmente possam igualar os índios aos demais produtores e demovê-los das alianças com a exploração ilegal e depredatória de suas áreas. Mencionamos como exemplo o caso dos índios Xikrim, em cujas terras está-se implementado a produção de madeiras nobres com plano de manejo ambiental, envolvendo gestões junto aos compradores internacionais (normalmente europeus) para colocar no mercado a produção com a marca publicitária "indígena" e, portanto, "ecologicamente correta" (cf. Capobianco e Giannini, 1995).

Dentre estas atividades, as menos sustentáveis em termos ambientais são obviamente o garimpo e a extração de madeiras. Seguem-se, nesta ordem, o sistema tradicional de aviamento e a mediação tutelar. As demandas ecológicas dos índios envolvidos em atividades comerciais recorrentes variam, portanto, conforme o tipo de demanda de mercado. As experiências com parcerias entre índios, de um lado, e institutos de pesquisa ou ONGs, de outro, mostram as vantagens de se integrar os conhecimentos ecológicos nativos ainda existentes na produção competitiva para o

mercado. Assim, pode-se dizer que as demandas ecológicas dos índios de comércio recorrente, além das medidas preventivas referidas na seção anterior ("Povos indígenas de comércio esporádico"), envolvem basicamente a gestão ambiental e as alternativas econômicas que, sendo ecologicamente sustentáveis, sejam ao mesmo tempo capazes de conferir competitividade à produção indígena. Quanto às demandas sociais destes grupos, trata-se de garantir o apoio por parte do poder público e agências não governamentais para melhorar condições de acesso a saúde, educação e fiscalização das terras (para reduzir a pressão dos invasores).

POVOS INDÍGENAS DEPENDENTES DA PRODUÇÃO MERCANTIL.

Nesta categoria estão representados os grupos que, ao perderem sua capacidade de produzir diretamente os principais recursos para sua sobrevivência, passaram a depender do mercado para obter o consumo básico. Entre os grupos que compõem esta categoria, a pior situação é enfrentada nas terras indígenas pequenas e localizadas nas proximidades de centros urbanos. Porque apresentam densidades demográficas acima da capacidade suporte do ambiente e elevadas demandas sociais de consumo, os recursos naturais que constituem a base da subsistência de outros grupos, como a caça e outros produtos da extração florestal, foram esgotados. Em alguns casos, mesmo a área de cultivo é limitada e não permite que o tempo ideal de rodízio de capoeiras seja realizado. O esgotamento dos principais recursos naturais - agravado por freqüentes invasões das terras por pessoas de fora - e o crescimento da população indígena são responsáveis por uma alta pressão de uso sobre o ambiente. Sem a necessária sustentabilidade ecológica, essas áreas não se mantêm economicamente. A sobrevivência depende quase inteiramente da produção mercantil, sendo muitas vezes complementada por trabalhos assalariados nas cidades. Em comparação com produtores não índios, descritos abaixo, têm a desvantagem de estarem ligados a um território que, se lhes garante o reconhecimento da singularidade étnica e lhes oferece os supostos benefícios da tutela governamental, não lhes permite sobreviver de acordo com seu modelo econômico tradicional, colocando-os frente ao dilema viver num ambiente economicamente desfavorável ou de migrar para as cidades ou áreas rurais mais distantes e perder os benefícios ligados à territorialidade.

A tabela 2 mostra alguns exemplos de grupos nesta situação, apresentando dados referentes a terras do médio e alto Solimões, próximas às cidades de Tefé, Tabatinga e Benjamin Constant. A maior densidade demográfica é encontrada na T.I.

Ticuna Santo Antônio, que abriga uma população de 112 habitantes por km². Em situações tão extremas, as terras indígenas são praticamente bairros das cidades adjacentes e servem apenas como local de residência.

Tabela 2. Altas densidades demográficas de Terras Indígenas do médio e alto Solimões.

Terra Indígena/Grupo	População	Área (ha)	Hab./km ²
Ticuna Sto. Antônio	1.192	1.065	112
Ticuna Umariçu	2.450	4.900	50
Barreira da Missão/Cocama	474	1.772	27
Marajá/Mayoruna	203	1.196	17
Ticuna Bom Intento	195	1.613	12

Fontes: *Atlas Ticuna* (1998) e Lima (1998).

Além destes grupos, também encontram-se em situação de baixa sustentabilidade ecológica os moradores de aldeias com populações excepcionalmente grandes - acima de mil habitantes - que chegam a constituir verdadeiros assentamentos urbanos. No alto Solimões, são exemplos destas aldeias os assentamentos Ticuna Belém do Solimões, com 2.508 habitantes, Vendaval, 1.162 habitantes e Campo Alegre, 2.882 habitantes, localizados na terra indígena Évare I; e Betânia, com 2.056 habitantes, e a aldeia Feijoal, 1.155 habitantes, que ficam nas terras de mesmo nome (Oliveira Filho, 1998). Somadas, as populações destas cinco aldeias representam 5,4% de toda a população indígena da Amazônia Legal, estimada em 180.000 índios (Fany Ricardo, 1999). Mesmo localizadas em terras indígenas relativamente extensas, seus moradores não têm, em seu entorno, recursos naturais com densidades suficientes para prover a subsistência pelos padrões tradicionais.¹³

Estas populações são conscientes da sua problemática particular. Em recente trabalho de consulta a lideranças ticuna, estas apresentaram como demandas socioambientais o desenvolvimento em alternativas econômicas de produção (piscicultura, avicultura, reflorestamento e plantio de ervas medicinais) e também saneamento básico, abastecimento de água e tratamento do lixo para tais aldeias “urbanas”. Preconizam o desenvolvimento de sistemas de manejo ambiental para

¹³ Para fins de comparação, registros do Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM, antiga EMATER) revelam que assentamentos ribeirinhos do alto e médio Solimões possuem em torno de 240 habitantes, sendo em média maiores na terra firme (370 hab.) que na várzea (105 hab.). Segundo dados do IBGE para 1995, às margens do Solimões, entre o município de Benjamin Constant, na fronteira e Coari, no médio Solimões, os quinze municípios existentes somam 325.741 km² e possuem uma população total, urbana e rural, de 272.523 habitantes. A densidade demográfica média é de 1,65hab/km², variando de 9,46 (Tabatinga) a 0,21 (Japurá). Estes valores mostram quão excepcional são

garantir sua sobrevivência, pois reconhecem que há o risco da terra demarcada passar a servir apenas, em suas palavras, “*para morar mesmo*”. Grupos indígenas do médio Solimões apresentam demandas ecológicas semelhantes. Apontam a necessidade de apoio à fiscalização das terras para coibir as invasões e requerem cursos para formação de agentes ambientais indígenas. Para tanto, reclamam o fortalecimento das instituições governamentais ligadas à questão indígena. Como alternativas econômicas que reduzam a pressão ambiental, apresentam as seguintes demandas:

1. desenvolvimento de técnicas de manejo sustentáveis;
2. aumento da terra indígena (em alguns casos);
3. apoio para o desenvolvimento da produção agrícola e
4. melhores condições de comercialização da produção (Lima, 1998).

A modificação da orientação econômica ligada ao envolvimento crescente com o mercado implica na perda dos conhecimentos ecológicos tradicionais, seja devido a desutilidade, seja por interferências nos processos tradicionais de transmissão de conhecimentos (escola, urbanização, trabalho assalariado e mudanças de referenciais culturais). Portanto, não constitui fenômeno inexplicável a tendência que alguns grupos muito próximos aos centros urbanos mostram ter para o alcoolismo e a desagregação social: carentes de terra suficiente para a prática da economia autóctone ou mesmo para a produção de itens comercializáveis, desprovidos dos conhecimentos tradicionais que davam sentido àquelas práticas econômicas abandonadas, tornam-se mendicantes, sofrem o desprezo da população envolvente e encontram no consumo do álcool o alívio cotidiano para a sua desconfortável insustentabilidade existencial. Daí a urgência em se atender às demandas formuladas acima.

PEQUENOS PRODUTORES “TRADICIONAIS”.

Por pequenos produtores tradicionais queremos referir a população originária do processo de colonização ibérica da Amazônia. As características de sua formação histórica, a posição que ocupam na estrutura social e os trezentos anos de existência, permitem caracterizá-los como o “campesinato histórico” da Amazônia (cf. Lima, 1992; Nugent, 1993; Harris, 1996). Apesar desta terminologia fazer referência a uma população extensa e em muitos sentido heterogênea, os critérios de classificação aqui

a densidade demográfica de algumas áreas indígenas e o tamanho dos maiores assentamentos ticuna localizadas nesta mesma região.

adotados permitem agrupá-la em uma única rubrica. Se abstrairmos a especificidade territorial dos índios, a etnicidade e a condição tutelar de sua relação com o Estado, as características da economia doméstica dos produtores tradicionais e dos grupos indígenas dependentes da produção mercantil é a mesma.

Ao longo do período colonial, um dos objetivos políticos da Metrópole foi formar um campesinato produtivo e submisso e para este fim valeu-se de meio legais como a constituição dos aldeamentos missionários e a Lei do Diretório e a Escravidão Indígena. A forma brutal como foram retirados do seu ambiente social nativo e introduzidos na sociedade colonial, a disseminação de doenças, a fuga e a resistência armada ou pacífica (como o descaso pelos projetos agrícolas que a Metrópole tentava implantar, cf. Ferreira, 1983 [1786]), levaram à constituição de um campesinato indígena que era de início etnicamente heterogêneo e numericamente escasso. A dizimação da população nativa ao longo dos rios navegáveis levou o governo colonial a incentivar casamentos mistos, dando início a um projeto de “popular” a Amazônia, que se repetiria nos séculos seguintes. Destas uniões, resultou o segmento camponês neo-amazônida, cuja subordinação, nesta fase, se baseava em critérios raciais. Eram os “tapuios”, “mamelucos” e “caboclos”, identificados tanto por sua condição mestiça quanto por seu papel na síntese de uma cultura amazônica singular – uma combinação criativa de heranças ibéricas, indígenas e africanas (Veríssimo, 1970 [1878]; Galvão, 1955; Wagley, 1976). Por sua ligação com o ambiente e principalmente por seu aprendizado com culturas indígenas de tradição ecológica milenar, desenvolveu um vasto conhecimento sobre os recursos naturais, associado a um conjunto de mitos que, como se disse, não é homogêneo nem em suas origens nem em suas manifestações regionais.

Desde seus primórdios, este camponês moderno (produto do projeto colonial mercantil), recebeu de forma impositiva um padrão cultural de consumo de artigos manufaturados que por ser um dos requisitos para se aproximar da condição de civilizado foi a razão por que se tornou produtor voluntário de mercadorias. Coletor de drogas do sertão, de borracha, de castanha, de juta e malva, agricultor de pequena escala, caçador, pescador etc., foram vários os trabalhos que lhe couberam ao longo dos diversos ciclos que caracterizaram a história econômica da Amazônia (cf. Benchimol, 1999). Nessa trajetória, o sistema de aviação e a patronagem consistiram na principal relação de produção da Amazônia, regulando o acesso aos produtos naturais com valor comercial e às mercadorias básicas para a sobrevivência “civilizada”.

A vinda de novos contingentes populacionais originários principalmente do nordeste marcou o caráter histórico da formação deste segmento. Às “populações novatas” são atribuídas terminologias que marcam sua pouca familiaridade com o ambiente, como o termo “brabo” conferido aos nordestinos chegados no início do século. A aquisição da cultura ecológica e de hábitos regionais caracteriza a assimilação destes novos contingentes, dando continuidade ao processo que Parker (1985) chamou de “*caboclization*.”¹⁴

Após a queda do aviamento e em seguida à migração dos antigos patrões para as cidades (onde estabeleceram comércios que financiam os regatões, que são patrões menores e ambulantes), os domínios da exploração extrativista passaram a ser ocupados por pequenos assentamentos habitados pelos antigos fregueses, libertos da sujeição comercial. Em tais áreas, como no Acre, ao longo do Amazonas-Solimões e na região das Ilhas do Estuário, a posse passou do domínio mercantil dos patrões à ocupação simples, baseada na permanência histórica, mas sem base legal. Tanto os seringueiros do Acre, quanto os pescadores-agricultores do Solimões, Amazonas e Estuário sentiram a pressão da competição por recursos naturais que pecuaristas, pescadores equipados com geleiras e redes, e madeireiros utilizando tratores e motoserras impuseram em suas áreas de exploração tradicional. A reação política culminou na organização de movimentos sociais importantes, que encontraram no discurso ambientalista e na bandeira ecológica o suporte necessário para suas reivindicações sociais. Das parcerias que formaram com grupos ambientalistas, receberam a denominação “populações tradicionais,” como uma maneira de diferenciá-los e reconhecer neles um papel potencial para o desenvolvimento de um novo modelo de uso do ambiente (Carneiro da Cunha & Almeida, 1999). A nova legislação sobre unidades de conservação (SNUC), por exemplo, concede apenas às sociedades tradicionais o direito ao usufruto e ocupação nestes territórios reservados à conservação e ao manejo sustentável do ambiente.

A base da escolha do campesinato histórico como integrantes das populações a serem ecologicamente valorizadas precisa ser analisada para não se cair em suposições românticas nem imputar-lhes, ou esperar dessas populações, uma condição social estática (Lima, 1997). A pressão de uso que exercem sobre o ambiente não afeta negativamente a sustentabilidade ecológica devido a uma

14 Em contraste, “caboclismo”, analisado por Cardoso de Oliveira (1972), é definido como o comportamento de índios Ticuna do alto Solimões, que, ao assumirem a identidade cabocla, “vêm-se a si mesmos com os olhos do branco”. Refere-se a uma relação entre etnias marcada por “fricções” e não à

combinação de fatores intencionais e limitantes. A produção doméstica tem por objetivo garantir o consumo dos membros da família e desta orientação consuntiva decorre a lógica da aplicação dos rendimentos do trabalho. É a satisfação das necessidades de consumo que orienta a produção e portanto influencia a pressão de uso sobre o ambiente. Esta orientação é subjetiva no que se refere à definição de limites à produção, pois “necessidades” resultam em quantidades culturalmente variáveis e, devido às ofertas do mercado, teoricamente infinitas. No entanto, esta subjetividade mesma é o maior fator limitante da produção. De acordo com as análises da microeconomia camponesa desenvolvidas por Chayanov (1966; cf. Abramovay, 1998), o fato da mão-de-obra ser familiar implica em que o custo marginal do aumento da produção cresce em relação exponencialmente inversa à utilidade dos bens resultantes. Explorar a própria força de trabalho leva a considerar o custo da penúria do esforço em relação ao benefício do consumo extra. Há também limitações tecnológicas que reduzem a capacidade de explorar o ambiente a taxas mais altas, bem como restrições para o acesso ao mercado que surtem efeitos negativos sobre o volume de produção.

Por outro lado, sendo a economia doméstica voltada ao sustento do grupo familiar, a visão dos produtores sobre a conservação tem o sentido de garantia de manutenção do seu modo de vida. A competição desigual dos exploradores “de fora” ameaça a sobrevivência dos produtores, pois são eles quem sofrem diretamente as conseqüências da redução dos estoques de recursos naturais. Por esse motivo, os movimentos “socioambientais” que deflagram, seja para a constituição de reservas extrativistas, reservas de lago ou por sua inclusão em outras categorias de unidades de conservação, têm para eles o significado de apropriação territorial e segurança contra a entrada de exploradores comerciais.

Como tendência geral, caso não sejam atendidas suas demandas ecológicas por defesa do território, apoio ao desenvolvimento e aplicação de sistemas de manejo sustentáveis, sua contribuição à sustentabilidade ecológica poderá decrescer em função do incremento populacional e de uma redução da produção para o consumo direto, substituída pelo consumo de mercadorias compradas. Esta “mercantilização” do consumo é uma tendência histórica das populações camponesas em geral, levando

assimilação de indivíduos destituídos de seu referencial de grupo, como aconteceu nos primeiros séculos da colonização.

a uma especialização da produção e conseqüentemente ao aumento da pressão de exploração do ambiente.¹⁵

LATIFÚNDIOS “TRADICIONAIS”.

Até a década de 1960, a pecuária na Amazônia era praticada apenas em campos naturais de seis regiões: os “lavrados” de Roraima, Rondônia e Amapá, os campos aluviais do médio e baixo Amazonas e os do Marajó, bem como nos campos semi-naturais às margens do Rio Acre (Villela, 1966). Os latifúndios surgidos nestas zonas são antigos, datando grande parte do século XVIII. Passaram por herança aos proprietários atuais. O caráter histórico desses latifúndios aparece também nas relações de trabalho. Os atuais vaqueiros e capatazes descendem a maioria de antigos escravos que passaram tecnicamente à condição de agregados e dependentes após 1888 (Ximenes, 1997). O pagamento de seus serviços se dá parcialmente em espécie, parcialmente em autorizações para pesca, caça e extrativismo, bem como a agricultura de subsistência e a pecuária em pequena escala nos domínios do patrão. Ademais, não é rara a prática do aviamento, isto é, do endividamento do “vaqueiro” no armazém da fazenda. Em consonância com isto, desenvolveram-se entre este e o patrão relações bastante estáveis de trabalho, no mais das vezes baseadas num sistema clientelista, em que a contradição entre capital e trabalho se amortece na linguagem aparentemente igualitária do compadrio, da confiança mútua, da lealdade, da amizade e da parceria (Lobo, 1998). Apesar do baixo padrão zootécnico do gado, da baixa taxa de lotação das pastagens naturais utilizadas e do caráter tradicional, pouco flexível, das relações de trabalho, até os anos 1970 o latifúndio tradicional amazônico garantia ao fazendeiro uma renda estável (Ximenes, 1998) e um certo conforto que ele redistribuía entre os agregados segundo laços de clientela que variavam conforme a “lealdade” devotada ao patrão.¹⁶ Portanto, a orientação econômica destes latifúndios tradicionais não é a da acumulação de capital e expansão territorial, como os latifúndios recentes, mas a da manutenção de um conforto e um domínio senhoriais. Isto produz, sem dúvida, algumas

15 Se no início do século, uma típica casa cabocla era notória por ter poucas posses materiais (cf. Tastevin, 1915), hoje raro é encontrar objetos de fabricação própria – restrita a poucos itens como canoas e remos, algumas partes da construção das casas, poucos instrumentos de trabalho e utensílios domésticos.

16 Embora a redistribuição clientelista não esteja suficientemente analisada na produção acadêmica sobre o latifúndio tradicional amazônico, encontra-se claramente retratada na literatura amazônica de ficção, como na obra de Dalcídio Jurandir (Marajó, Chove nos Campos de Cachoeira), Inglês de Souza (O Coronel Sangrado, O Cacaulista), Raimundo Moraes (Os Igaraúnas) e Sílvio Meira (Os Balateiros do Maicuru), para mencionar alguns.

conseqüências importantes em termos de sustentabilidade. Os dados mostram que o latifúndio tradicional é bem menos impactante e bem mais sustentável que o latifúndio recente: enquanto as pastagens cultivadas em áreas de desmatamento chegam à degradação entre 7 e 10 anos, nas áreas de pastagens nativas a natureza original permanece pouco modificada, apesar da antigüidade da exploração pecuária, que em alguns casos, como no Marajó, data do século XVII (Ximenes, 1997). O caráter sustentável dos latifúndios tradicionais se associa igualmente a uma cultura ecológica de tipo tradicional “cabocla”, fruto de uma histórica familiaridade com o ambiente natural e de técnicas exploratórias de baixo impacto.

A partir da década de 1970, um outro sistema pecuário é implantado na Amazônia, também com base no latifúndio mas com pastagem cultivada em áreas desmatadas. Este processo de substituição ecológica implicou numa queda substantiva da participação do latifúndio tradicional no rebanho total da Amazônia. No Pará, por exemplo, de 1974 a 1994, o rebanho bovino cresceu em 547%, sendo que no mesmo período a participação dos latifúndios tradicionais marajoaras caiu de 38,13% para 6,86%. A produtividade comparativamente baixa dos latifúndios tradicionais e os baixos lucros que proporcionam – de US\$2,00 a US\$7,00 por hectare/ano contra US\$14,00 nas fazendas com pastagem cultivada (Ximenes, 1998: 347) – têm colocado o latifúndio tradicional em desvantagem com relação ao latifúndio recente.¹⁷ Some-se a isto o inevitável parcelamento da terra por meio de herança – problema pouco expressivo nas zonas de expansão agropastoril.

Para enfrentar essas dificuldades, alguns fazendeiros tradicionais começam a instalar pastagens cultivadas nas áreas de floresta de terra firme, dando curso ao processo de substituição ecológica iniciado pelos latifúndios recentes. Essa mudança introduz a necessidade de novos insumos (fertilizantes, defensivos químicos, combustíveis fósseis, eletrificação) e novas técnicas (melhoramento genético das pastagens e do rebanho). Com isso, entram em decadência as relações tradicionais de trabalho, baseadas no antigo sistema clientista. Como alternativa a este cenário cada vez mais presente, alguns fazendeiros do Marajó têm explorado o turismo ecológico, estimulados pelo atual governo do Pará (Ximenes, 1998), na esteira da recente busca generalizada de sustentabilidade ecológica para a Amazônia.

17 Devemos considerar, no entanto, que a maior produtividade do latifúndio recente depende ou da expansão constante da fronteira agrícola (pois a degradação das pastagens, como se viu acima, se dá no curso de uma década), ou da renovação das pastagens, o que exige investimentos bastante altos. Neste sentido, as vantagens econômicas representadas pela pecuária em áreas de desmatamento são limitadas no tempo e implicam em altos custos ecológicos, tais como poluição do ar pela liberação de gás

LATIFÚNDIOS RECENTES.

A formação de latifúndios em áreas do interior da Amazônia começou apenas no final da década de 1950, a partir da expansão territorial de fazendeiros do sul do país. Estes se interessavam em obter lucros futuros com a revenda das terras, na época muito baratas, ou com a exploração do potencial econômico quando se abrissem vias de comunicação, tornando-as mais acessíveis. Só depois, na década de 1960, é que este movimento de ocupação do interior amazônico pelos grandes proprietários de terras foi impulsionado por meio de políticas governamentais específicas, notadamente os incentivos fiscais concedidos a projetos agropecuários pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM, criada em 1966. Por trás da política militar de integração nacional, manifesta na abertura das grandes rodovias durante os anos 1970, havia de fato a grande expansão territorial do capital rumo à Amazônia, nomeadamente no sudeste do Pará, norte de Tocantins, Mato Grosso e oeste do Maranhão. Em duas décadas, o capital privado foi atraído com programas de crédito e incentivos fiscais para estabelecer extensas propriedades no sul do Pará principalmente, mas também em Rondônia, no norte do Mato Grosso e no Acre (Branford e Glock, 1985). Os projetos agropecuários financiados pelo governo militar representaram o primeiro movimento de um processo contínuo de formação de extensos domínios privados no interior da Amazônia, trazendo graves conseqüências sociais e ambientais para a região. Ao contrário da ocupação de baixo impacto praticada por pequenos produtores familiares e fazendeiros tradicionais, a expansão da fronteira capitalista tinha como base a destruição da cobertura vegetal. A floresta representava “desocupação”, “vazio demográfico” e sub-desenvolvimento. A expressão legal desta concepção durante os anos 1970 era a concessão de títulos sobre 6 hectares para cada hectare de floresta desmatada (Uhl e Almeida, 1996). Com isto, instalou-se um amplo processo de substituição ecológica, baseado no desmatamento e na formação de pastagens cultivadas.

O alto custo social da implantação deste processo se concretiza na expulsão, no massacre ou no deslocamento de grupos indígenas inteiros para reservas distantes do território de origem,¹⁸ no trabalho escravo, na expulsão de posseiros, na violência e nos conflitos pela posse da terra, resultantes da extrema concentração fundiária que

carbônico, perda de biomassa, de biodiversidade, de funções eco-sistêmicas da floresta na regulação de micro-climas e balanço hídrico.

18 Veja-se, por exemplo, o caso dos Panará, na época conhecidos como Kren-a-karore ou “índios gigantes”, cujo território, nas imediações da Serra do Cachimbo, no sul do Pará, foi cortado pela rodovia Cuiabá-Santarém. De 1973, época do contato, a 1975, época em que foram transferidos para o Parque do Xingu, passaram de 600 pessoas a 172, cabendo a “tribo” inteira dentro de dois “Búfalos” da FAB.

se instalou na região. Na década de 1980, a Amazônia oriental tinha 0,1% de propriedades com mais de 10.000 hectares ocupando 30% das terras, ao passo que 70% dos estabelecimentos rurais tinham menos de 100 hectares e controlavam apenas 11% das terras (Hall, 1991).

Hoje é consenso atribuir à pecuária a responsabilidade pelas maiores taxas de desmatamento da Amazônia. A conversão de um hectare de floresta tropical em pasto resulta num ecossistema bastante empobrecido: um espaço vertical de 40 m contendo aproximadamente 350 toneladas de biomassa e milhares de espécies animais e vegetais se transforma num campo com apenas 10 toneladas de biomassa, compactada num espaço vertical de um ou dois metros dominado por uma ou duas espécies exóticas de capim (cf. Mattos e Uhl, 1996: 60; Almeida e Uhl, 1996: 119).

A insustentabilidade ecológica desta forma de ocupação é sintomaticamente acompanhada de seu fracasso como empreendimento econômico: devido à vida curta das pastagens plantadas em solos pobres (de 7 a 10 anos, como se viu acima) e a sua fragilidade ao ataque de pragas animais e ervas daninhas, os empreendimentos se vêem atualmente obrigados a buscar alternativas de sustentabilidade econômica. Segundo Mattos e Uhl (1996: 43),

Durante os últimos 30 anos tem havido mudanças nas forragens, nas estratégias de produção e nos sistemas de manejo do gado. Alguns pecuaristas estão desenvolvendo rebanhos leiteiros. Outros estão se especializando na cria ou na engorda de animais. Pastagens degradadas estão sendo revitalizadas com a aplicação de adubos e com a introdução de forragens melhor adaptadas. Em trechos de florestas ainda não convertidos em pastagens, a madeira freqüentemente é uma importante fonte de capital, financiando esses melhoramentos nas fazendas. Enfim, a pecuária parece estar trocando simples sistemas extensivos por sistemas mais especializados e intensificados.

Talvez o latifúndio recente seja a expressão atual mais acabada do ethos colonialista tão bem descrito por Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*: assim como o colonizador português não se orientava para o investimento na sesmaria a ele concedida, mas em sua exploração depredatória a fim de acumular um capital a ser investido na matriz (Buarque de Holanda, 1995), assim também o fazendeiro sulista se orienta para a maximização de um lucro deslocado para a sua região de origem, sem se preocupar com os custos ecológicos e sociais do seu empreendimento amazônico.

O atrativo que a região de origem exerce sobre o capital gerado na Amazônia decorre do fato de que o latifúndio não tem um significado econômico isolado: seu valor para o proprietário depende do papel que desempenha no conjunto de suas empresas, predominantemente sediadas no sul do país.

MIGRANTES / FRONTEIRA.

À semelhança do latifundiário recente, o trabalhador rural que se estabelece como posseiro nas frentes amazônicas de expansão agrícola utiliza-se do desmatamento como forma de legitimar sua ocupação. No entanto, as semelhanças terminam aí, pois no primeiro caso, o desmatamento é originário de uma política de ocupação de “vazios demográficos” e “vazios econômicos” através da concessão de títulos fundiários e incentivos fiscais por parte do poder público, ao passo que no caso dos migrantes trata-se principalmente de uma tomada espontânea de posse, cuja expressão é a área desmatada, que passa então a ser vista como benfeitoria na tentativa de garantir o direito de ocupação. Ademais, dado o caráter doméstico de sua produção, o posseiro não desloca os resultados de sua atividade para a região de origem, como faz o latifundiário. Pelo contrário, a região de origem é fonte de “parceiros” na formação dos novos núcleos que se vão estabelecendo nas frentes de expansão agrícola a partir dos anos 1960 e 1970.

Oriundos a maioria do nordeste e do sul do país (Ianni, 1979a; Hébette, 1991), esses migrantes chegam à Amazônia premidos pela escassez de terras em suas regiões de origem. A lógica de seu estabelecimento nos novos núcleos populacionais ao longo das grandes rodovias de integração, seus ramais e travessões encontra-se bem descrito em estudos recentes sobre a Transamazônica. Diferentemente das comunidades “camponesas” nas regiões de origem, onde os limites existentes à expansão territorial são contornados por casamentos consangüíneos a fim de evitar o parcelamento da terra, os novos núcleos populacionais amazônicos se caracterizam pela pouca profundidade genealógica e pela incorporação de não-parentes através da linguagem do compadrio e da parentela, como forma de produzir sociabilidade e de amortecer as eventuais desigualdades que vão surgindo no seio das novas “comunidades” (cf. Araújo, 1993; Araújo e Schiavoni, 1999). Talvez essa situação possa se alterar em favor de estratégias camponesas mais tradicionais de herança da terra, quando se produzirem uma segunda e terceira gerações descendentes dos atuais ocupantes, que ainda são os imigrantes originais. Na microregião de Marabá,

por exemplo, em 1991, 46,3% dos sitiantes se instalara há menos de 5 anos (Hébette, 1991a).

O caráter recente do estabelecimento das posses tem implicações ambientais importantes. Além de portadores de um conhecimento ecológico limitado da floresta, concentram seus esforços em cultivos exóticos e impactantes para o ambiente tropical, principalmente as culturas intensivas e perenes que implicam na remoção da cobertura florestal. A região de Uraim, uma colônia com 103 lotes em área de 2.310 ha do município de Paragominas, no sul do Pará, oferece um exemplo característico do resultado da ocupação do espaço pela frente de migração. Nesta área, 23% da terra são cobertos por floresta explorada, ou seja, de onde se retirou toda a madeira de valor comercial; 24% se referem a áreas de capoeira, usadas como pousio para a agricultura extensiva; 31% da terra consistem em pastagens cultivadas para pecuária; 7% são ocupadas por culturas anuais, mormente pelo plantio de arroz, milho, feijão e mandioca; 14% são de culturas perenes, representadas por plantações de pimenta-do-reino e laranja, principalmente, e 1% de infra-estrutura (Toniolo & Uhl, 1996: 75). Comparada com regiões de ocupação tradicional, tal intensidade do uso e modificação da cobertura vegetal são bastante expressivas.

Acrescente-se que, na ausência de uma cultura ecológica específica da região, a população de migrantes deixa de se beneficiar de uma série de recursos naturais de que o “caboclo” faz amplo uso, tais como ervas medicinais, frutas e tubérculos selvagens, cipós e outros materiais de construção. Ademais, não compartilhando um conhecimento da floresta que se traduza não apenas em técnicas de manejo, mas também em uso do ambiente mais amplo e socializado, pratica a caça, a pesca e o abate de madeiras nobres sem a preocupação de preservar para seus descendentes. Não há, enfim, um passado econômico no local – daí a busca de investimentos a curto prazo e de caráter depredatório, como a exploração de madeiras nobres e a criação de gado em áreas de desmatamento.

A ausência de uma tradição ecológica e de um passado econômico ligado à Amazônia permitem incluir nesta mesma categoria, ao lado dos posseiros, os trabalhadores rurais que têm pouca ou nenhuma garantia de posse da terra, tais como os trabalhadores sem terra e trabalhadores sazonais ligados às grandes fazendas. Aliás, o aspecto político da presença desses três segmentos sociais na Amazônia reforça a inclusão de todos eles na mesma categoria socioambiental: são marcados por uma trajetória de grandes sofrimentos, advindos não apenas da incerteza decorrente de qualquer transumância e colonização de territórios inexplorados, mas

principalmente da violência que têm caracterizado as áreas de ocupação recente na Amazônia.

Ao final dos anos 1960 e sobretudo durante os anos 70, a violência no campo passou a ser uma componente estrutural da expansão capitalista na Amazônia (Ianni, 1979b; Foweraker, 1981; Esterci, 1987; Martins, 1998). Preocupado com a dominância de famílias camponesas na região, o governo militar encorajou a pecuária com base num modelo fundiário altamente concentrador e excludente, provocando a expulsão paulatina de posseiros cada vez mais para o interior (Branford & Glock, 1985). Estes, por sua vez, iam expulsando índios e estabelecendo novas posses, até serem outra vez expulsos por fazendeiros que se apresentavam como donos da terra, empurrando mais para diante a fronteira agrícola.

Essa situação de extrema violência provocou respostas importantes em meio aos trabalhadores rurais a partir dos anos 1980, cujo resultado tem sido a formação de alianças entre segmentos que até então, em consequência da expansão do capital, vinham se comportando como antagônicos e que, diante deste antagonista em comum, decidem unir esforços (Martins, 1991). Portanto, não são fortuitas as aproximações entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e as organizações indígenas de caráter regional, como a Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

GRANDES PROJETOS.

O que se convencionou chamar de “grandes projetos” são empreendimentos desenhados pelo Estado a fim de implantar autoritariamente enclaves capitalistas para o desenvolvimento da Amazônia. Envolvem pesados investimentos federais em infraestrutura viária, geração de energia através de grandes hidrelétricas e mega-programas de exploração industrial de minérios, além de políticas de incentivos fiscais, no mais das vezes oriundos da SUDAM, para o investimento de capital privado na agropecuária baseada em latifúndio ou na exploração mineral em escala de indústria. Justificados pela política de integração nacional – face ideológica da implantação autoritária do capitalismo no interior do país durante a ditadura militar nos anos 60 e 70 – tais projetos não demonstravam inicialmente qualquer preocupação com o ambiente natural.

Emblemático para este período foi por exemplo o Projeto Jari, iniciado em 1967. Um dos grandes empreendimentos privados a se instalar na Amazônia com

apoio federal, chegou a chamar atenção para seus custos ambientais numa época em que as preocupações com a ecologia ainda estavam longe de aparecer na mídia, como hoje em dia.¹⁹ Mesmo para aquela época pareceu exagerada a substituição de 200 mil ha de mata nativa por duas espécies exóticas (*Pinus caribae* e *Gmelina arborea*) destinados à fabricação de celulose numa gigantesca usina de processamento importada do Japão por via marítima. Outros exemplos característicos do mesmo período são o Projeto Trombetas, Ferro Carajás, Albrás, Alunorte e a Hidrelétrica de Tucuruí, além das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracará, cujos custos sociais (deslocamento ou massacre de grupos indígenas e posseiros, concentração de terras) e ecológicos (desaparecimento de biodiversidade em áreas alagadas, poluição e assoreamento de cursos d'água e desmatamento depredatório, para mencionar apenas alguns) são sobejamente conhecidos.²⁰

A partir de meados dos anos 1980, esse modelo de ocupação capitalista forçada começa a ser questionado. Pressões internacionais, através das agências financiadoras de projetos de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial e o BIRD, introduzem o conceito de desenvolvimento sustentável nos financiamentos e logram condicionar o desembolso de verbas para infra-estrutura ao desembolso *pari passu* de verbas para a criação e proteção de áreas de preservação ambiental e terras indígenas. Em Mato Grosso, ao final dos anos 80, já não se financiavam mais empreendimentos pecuários acima do paralelo 15 a fim de evitar desmatamento em área de floresta tropical. Reflexos desse redirecionamento se fizeram sentir nos procedimentos administrativos de autorização pelo IBAMA e pela FUNAI para a implantação de projetos privados ou governamentais: impõem-se estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA) como condições prévias a todo projeto de desenvolvimento em áreas de cobertura vegetal nativa ainda intacta ou nas proximidades de terras indígenas. Tais exigências se expressam em capítulos preservacionistas na Constituição de 1988.

19 Os grandes empreendimentos de capital privado originário dos E.U.A. não são recentes na Amazônia. Tome-se como exemplo a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, e a plantação de seringueiras em Fordlândia, em 1927. O primeiro empreendimento levou os principais investidores à bancarrota, por ocasião da queda da borracha. O segundo malogrou devido a uma praga, forçando a empresa Ford a entregar o empreendimento ao Governo Brasileiro pela quantia simbólica de 5.000 contos (Benchimol, 1999), um fim aliás semelhante ao do Jari, posto à venda por R\$ 1,00.

20 Veja Martins (1991, 1997) sobre o impacto dos grandes projetos para os índios; Hébette (1991b), Magalhães (1991) e Almeida (1995) sobre as conseqüências para populações camponesas. As coletâneas de Castro et al. (1995) e Coelho & Costa (1997), fazem um balanço de seus efeitos sociais e ecológicos. Lúcio Flávio Pinto, chamou os grandes projetos de "cavalos de Tróia" em recente matéria onde cobra uma revisão criteriosa dos seus custos e benefícios financeiros, agora que completaram 20 anos de existência (Pinto, 1999).

Porém esses avanços são desigualmente distribuídos no território nacional, variando não só de um estado a outro, como também segundo as micro-regiões do mesmo estado e até de município para município. Além disso, os grandes projetos, sobretudo os de âmbito federal, ainda preservam a herança autoritária do período militar. Por exemplo, o Grande Projeto Carajás, criado por decreto presidencial e oficialmente inaugurado em 1980, não deixou de produzir efeitos semelhantes aos seus homólogos da década anterior, tais como a transmissão de doenças a grupos indígenas recentemente contatados, o deslocamento desses mesmos grupos para áreas que eles desconheciam, o desalojamento de posseiros e os conflitos pela posse da terra com o capital privado que sempre acompanha os empreendimentos desenvolvimentistas do governo. Em termos ambientais, além da poluição dos cursos d'água pela mineração, o Projeto Ferro Carajás atraiu milhares de produtores de carvão vegetal que se estabeleceram ao longo da Ferrovia Carajás para alimentar as usinas de ferro-gusa. Como resultado, crescem largos trechos de floresta indiscriminadamente abatida não apenas ao longo da estrada, mas em áreas tão longínquas quanto Tucuruí e Grajaú (Benatti, 1997: 88).

Como reflexo da Eco-92, intensifica-se a exigência de setores específicos de proteção ao meio ambiente nas grandes empresas estatais ou de capital misto, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Porém, tais iniciativas não chegam a se efetivar no terreno. Tais indecisões refletem as contradições inerentes às políticas públicas em esferas mais altas: não deixa de ser um contra-senso que programas voltados para a preservação do ambiente natural, como o PRONABIO, partam do mesmo Governo que incentiva o plantio de soja na Amazônia Legal através de uma série de programas regionais como o PRODECER III, baseados novamente em grande volume de incentivos fiscais para produção, comercialização e escoamento (Carvalho, 1999). Neste contexto, as hidrovias planejadas tais como a Araguaia-Tocantins e a Tapajós podem ser interpretadas como estratégias de apoio ao escoamento da produção de soja que irão favorecer também o escoamento da madeira legal ou ilegalmente retirada de áreas de preservação e terras indígenas.

Em termos de preocupações ecológicas, pode-se dizer que houve um avanço em relação aos primeiros grandes projetos, porém a falta de consenso, no âmbito do Governo, entre a política de desenvolvimento econômico e a política de preservação ambiental têm como resultado o caráter focal, restrito à maximização dos objetivos econômicos imediatos dos projetos. Trata-se portanto de uma cultura ecológica instrumental e limitada, sem referência à globalidade dos sistemas ambientais

afetados. Os conhecimentos científicos aplicados nesses projetos limitam-se ao desenvolvimento de técnicas de aproveitamento que garantam a lucratividade máxima do empreendimento econômico, sem incluir nos seus estudos orçamentários uma análise criteriosa dos custos ecológicos envolvidos.

EXPLORADORES ITINERANTES.

Nesta categoria incluímos os empreendimentos extrativistas que não realizam suas atividades em território próprio, mas em terras devolutas, em propriedades ou posses alheias, ou ainda em unidades territoriais pertencentes à União, como as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação. Garimpeiros, pescadores profissionais e madeireiros são os três subgrupos principais desta categoria. Além da mobilidade, outra característica em comum é a exploração mecanizada dos recursos naturais: bombas, dragas, escafandros e aviões no caso dos garimpeiros; barcos motorizados, frigoríficos embarcados, redes de arrasto e malhadeiras de fio sintético no caso dos pescadores; moto-serras, tratores e bulldozers no caso dos madeireiros. Neste sentido, não se trata de exploradores artesanais do meio ambiente, mas empreendimentos capitalistas com investimentos em equipamentos e meios de transporte que elevam o volume da produção extrativa e também o impacto ambiental da exploração. Contudo, diferenciam-se da exploração empresarial em grande escala não só pela ausência de titulação ou concessão territorial, mas também pela capilaridade e efemeridade da exploração que praticam: penetram os lugares mais recônditos da floresta e permanecem apenas o tempo de esgotar os recursos procurados ou serem expulsos (em geral, pelo IBAMA ou pela FUNAI em conjunto com a Polícia Federal, quando se trata de Unidades de Conservação ou Terras Indígenas). Uma terceira característica que estas atividades extrativistas têm em comum é a diferenciação interna: sob uma denominação aparentemente homogênea como garimpeiro, por exemplo, há na verdade uma pequena empresa, informal e temporária, formada pelo patrão, dono dos equipamentos e maior beneficiário dos lucros da atividade, e os trabalhadores braçais, que raramente ascendem desta condição para a primeira. Em função de seu caráter sazonal e da informalidade do empreendimento, os contratos de trabalho são geralmente regidos pelo sistema de aviação ou por uma divisão percentual e hierarquizada dos rendimentos de cada empreitada.

Em termos socioambientais, as decorrências das atividades desses três tipos de exploradores itinerantes são basicamente as seguintes: (1) tendem a esgotar rapidamente os recursos que exploram, pois, não estando restritos a nenhum território específico por tradição ou título de propriedade, não se sentem premidos a poupar ou manejar o ambiente natural; (2) sua presença nas terras que exploram no mais das vezes de forma ilegal depende ou do exercício da violência contra os ocupantes originais ou de alguma forma de aliança econômica com os mesmos; (3) essas alianças muitas vezes se traduzem em contratos informais de trabalho com os ocupantes originais, que, sendo em geral bastante pobres, aceitam a exploração de seu patrimônio ambiental e de sua própria mão de obra em troca de valores aviltados.

As atividades desenvolvidas por estes exploradores itinerantes apresentam diversas formas de organização, mas todas se distinguem da forma sedentária de extrativismo, contra quem travam os conflitos mais sérios. No caso da pesca, por exemplo, a diferença aparece claramente na análise de Petrere (1991). O autor enumera quatro tipos principais de pescarias na Amazônia. Na categoria “pescarias difusas” estão reunidas as pescarias artesanais, realizadas nas proximidades do local de residência do pescador. Usam equipamentos simples e resultam em pequenos volumes de pescado, destinados ao consumo e à venda. Embora não apareçam nas estatísticas oficiais de desembarque pesqueiro, estas pescarias representam em torno de 61% de toda a pesca realizada na Amazônia. São realizadas por pescadores sazonais, que dividem suas atividades entre a pesca e a agricultura, e pescadores em caráter contínuo, mais especializados que os primeiros (Petrere, 1991). Estes últimos estabelecem relações de trabalho com barcos da frota pesqueira dos grandes centros urbanos. Em troca de gêneros alimentícios, participam das “pescarias comerciais”, o segundo tipo de atividade pesqueira identificada por este autor, responsável pela produção de 39% do pescado na Amazônia. As outras duas categorias de pescarias são a “pesca industrial da piramutaba”, com barcos de alta tonelagem e uma produção de até 28.000 t por ano destinada à exportação, e as pescarias “em represas”, mais recentes e pouco estudadas, que se desenvolveram a partir da construção das hidrelétricas na Amazônia, na década de 1970 (Petrere, 1991).

O impacto da pesca comercial sobre os estoques pesqueiros vem ocasionando sérios conflitos entre os moradores ribeirinhos que praticam a pesca artesanal e os pescadores profissionais das frotas comerciais. A sobrepesca nas áreas vizinhas aos centros urbanos tem levado os pescadores profissionais a explorarem regiões cada vez mais distantes. É possível encontrar barcos de Manaus e Manacapuru pescando

no médio rio Japurá ou acima de Fonte Boa no Solimões. A extensão do conflito em torno da pesca (a “guerra do peixe”) provocou a organização de movimentos sociais importantes como a implantação de reservas de lagos e sistemas de manejo comunitário da pesca em vários municípios do Amazonas, Pará e Amapá, defendidas pela população local contra a invasão por peixeiros de fora; a formação de redes não governamentais apoiadas por organizações como a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento Educacional de Base; e vários projetos de conservação e desenvolvimento sustentável como os Projetos Mamirauá, próximo a Tefé (cf. Ayres *et al.*, 1999), Iara e Várzea (Ruffino, 1999; McGrath *et al.*, 1999), próximos a Santarém.

Da mesma forma que a pesca, a extração da madeira e o garimpo são atividades diversificadas quanto à forma das empresas, áreas de exploração e impactos socioambientais. No garimpo do ouro, há diferentes tipos de organização social da atividade extrativa, relacionados aos tipos e à propriedade dos equipamentos utilizados, origens e ocupações paralelas dos trabalhadores, e formas de intermediação e comércio do minério. Em alguns casos, o dono do garimpo pode ser o proprietário dos meios de transporte, do maquinário e também o agenciador de mão de obra. Em outros casos, cada uma dessas funções poderá ser desempenhada por atores diferentes, sendo o lucro da atividade repartido em percentuais respectivamente decrescentes. Em qualquer configuração desses componentes, o nível de coerção dos proprietários ou agenciadores sobre os garimpeiros será maior se eles estiverem distantes de seus locais de origem e/ou impossibilitados de desempenhar atividades econômicas complementares, tais como a agricultura de subsistência, a pesca ou outras formas de extrativismo. Assim, são diferentes os impactos ambientais e as tensões sociais do garimpo “de rio”, praticado em terreno aluvional ou em barrancos, e do garimpo “fechado”, em terrenos interfluviais, de acesso restrito a aviões, com menor possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas complementares e menor controle sobre a violência (cf. Petrere, 1991; Schmink & Wood, 1992; Leonel, 1998).

Com relação à madeira, apesar de uma variabilidade de formas de exploração semelhante à do garimpo, há uma distinção básica entre a exploração realizada na várzea e aquela realizada na terra firme. A exploração na várzea iniciou-se já no período colonial. Os trabalhadores braçais são os pequenos produtores tradicionais amazônicos, que dependem da atividade madeireira para complementar a economia doméstica. Os chamados patrões são ou donos de serrarias ou intermediários, que aviam mercadorias aos produtores tradicionais. A atividade

madeira na várzea é fortemente sazonal: a madeira é derrubada na seca e transportada na cheia, oportunidade em que se faz o acerto de contas entre as partes envolvidas. A madeira é transportada por via fluvial até as serrarias (cf. Albernaz & Ayres, 1999; Anderson *et al.*, 1999; Barros & Uhl, 1999). Já a exploração madeireira da terra firme é bem mais recente, tendo início na Amazônia apenas nos anos 1980, com a abertura das grandes rodovias de integração e a redução dos estoques do sul do Brasil e da Ásia. Os trabalhadores braçais são assalariados contratados pelas serrarias. Estas praticam a exploração mormente em latifúndios, para cujos proprietários pagam um valor em torno de US\$ 70,00 por hectare explorado (Veríssimo *et al.*, 1996). Dado que o transporte é feito por estrada e que as estradas amazônicas se tornam intransitáveis na estação chuvosa, a extração é feita somente no “verão”.

O controle legal e efetivo das formas itinerantes de extrativismo seria uma solução para reduzir os impactos negativos destas atividades, mas há vários fatores que dificultam sua implementação. Além dos problemas mais conhecidos como limitação de pessoal para fiscalização, carência de recursos financeiros e corrupção, há o fato das atividades extrativistas serem tradicionalmente as principais fontes de renda da população ribeirinha. A diversidade de tipos de exploração dos recursos extrativistas dificulta a implantação de medidas reguladoras. No caso da pesca, é problemático formular uma legislação adequada pois se trata de um recurso de acesso aberto explorado por pescadores artesanais, itinerantes e profissionais. Idealmente, a legislação precisa discriminar entre as diferentes categorias de pescarias, desenvolver regras específicas para cada uma, e muitas vezes decidir qual destas tem direito exclusivo de exploração.

O apoio ao manejo comunitário dos recursos extrativistas vem sendo apontado como a melhor alternativa para contrapor os impactos negativos da exploração itinerante. Em termos gerais, o interesse da população local em conservar as fontes de sua sobrevivência torna os custos de fiscalização mais baixos. Por outro lado, para funcionarem bem, estes sistemas precisam ter uma sólida organização local cujo desenvolvimento pode ser demorado. Por exemplo na pesca, o manejo comunitário desenvolvido por pescadores artesanais depende da existência de fortes mecanismos sociais de auto-regulação. Como a produção de um pescador representa uma subtração potencial da pescaria do seu competidor, a falta de confiança entre os membros do grupo de que as restrições de pesca serão obedecidas pode provocar uma corrida ao recurso. Apesar desta dificuldade, o manejo comunitário dos recursos

extrativistas é considerado promissor. Além dos projetos ligados à pesca - provavelmente os mais conhecidos e numerosos (cf. Petrere, 1991; Furtado, 1993; Ayres *et al.*, 1999; Ruffino, 1999; McGrath *et al.*, 1999) - há também várias experiências de manejo comunitário da madeira, desenvolvidas em áreas indígenas (como entre os Kayapó, cf. Giannini, 1993) e ribeirinhas (como no baixo Amazonas, na Ilha Grande de Gurupá). Quanto à exploração do ouro, a experiência dos Wayãpi é um exemplo de como alternativas viáveis podem ser desenvolvidas pelas populações locais (cf. Gallois, 1993).

Ao contrário dos produtores tradicionais, os agentes da exploração itinerante não têm incentivo econômico para desenvolver espontaneamente sistemas de manejo sustentável ou mesmo reduzir o impacto de suas atividades extrativistas. Orientados por uma racionalidade econômica expansionista, exploram os recursos à exaustão, limitados apenas pelo cálculo do lucro imediato, pois não são afetados pela situação futura do recurso explorado. Com esta liberdade, as conseqüências ecológicas de sua exploração são transferidas a outros segmentos sociais, como as populações tradicionais, que têm que arcar com a resolução dos problemas ambientais que provocam.

CONCLUSÃO: IMPLICAÇÕES DE UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

Neste artigo, apresentamos uma classificação de categorias sociais amazônicas baseada no grau de sustentabilidade ecológica de suas formas de uso e ocupação do ambiente. Mostramos que o caráter variável da sustentabilidade ecológica dessas diversas categorias socioambientais se associa a uma multiplicidade de fatores causais. Sem desprezar o conjunto destes fatores, elegemos a “cultura ecológica” e a “orientação econômica” como principais critérios classificatórios. Tal decisão metodológica conduziu a uma análise empírica da diversidade socioambiental amazônica. O resultado deste exercício de classificação foi mostrar que a análise empírica da sustentabilidade ecológica desfaz alguns estereótipos consagrados, tais como o da vocação ecológica dos povos indígenas e o caráter necessariamente depredatório da ocupação não-índia. Contrariando essas representações, concluímos ser preciso analisar as condições específicas que levam determinados segmentos sociais a apresentar um dado padrão de sustentabilidade ecológica.

Apesar da classificação atribuir menos impacto ecológico a categorias sociais mais distantes da economia de mercado, não queremos implicar que a sustentabilidade ecológica é sempre incompatível com o mercado. A mobilização de

populações tradicionais em torno de propostas ecológicas, a existência de um mercado para produtos “verdes” ou de “quarta geração” e a crescente preocupação em conciliar desenvolvimento e conservação são sinais contrários a tal implicação. O mercado pode não promover sustentabilidade ambiental espontaneamente, mas há novos nichos de mercado a ocupar. No momento atual, entretanto, a extensão de tais propostas de exploração sustentável é precária, como nossa própria análise demonstra.

Neste sentido, o conhecimento acerca da diversidade de situações de sustentabilidade e da complexa interação de causas determinantes do tipo de pressão ambiental é indispensável para formular políticas específicas. A análise da diversidade de situações leva à conclusão de que são necessárias ações diferenciadas para promover uma ocupação de baixo impacto.

Tabela 3: Demandas socioambientais para promover o aumento do grau de sustentabilidade ecológica das categorias analisadas.

Categorias Socioambientais	Demandas Ecológicas	Demandas Sociais
Povos indígenas de comércio esporádico	prevenção	assistência e território
Povos indígenas de comércio recorrente	prevenção e manejo	assistência, território e acesso ao mercado
Povos indígenas dependentes da produção mercantil	prevenção e manejo	assistência, território e alternativas econômicas
Pequenos produtores “tradicionais”	prevenção e manejo	assistência e território
Latifúndios “tradicionais”	manejo	incentivos
Latifúndios recentes	legislação reguladora	incentivos
Migrantes / fronteira	formação e manejo	assistência, território e alternativas econômicas
Grandes projetos	legislação reguladora	credibilidade
Exploradores itinerantes	legislação reguladora	legitimidade social

Na tabela 3, apresentamos algumas demandas ecológicas e sociais que, detalhadas e implementadas por meio de políticas públicas de orientação socioambiental, poderão aumentar o grau de sustentabilidade ecológica de cada categoria. Neste contexto analítico, pode-se também justificar a proposta recentemente apresentada pelo movimento ambientalista de que seria justo a sociedade como um todo arcar com alguma forma de pagamento às populações

tradicionais por seus “serviços ecológicos”. Esta seria não só uma maneira de compensá-las pelos sacrifícios sociais que eventualmente tenham feito para manter seu padrão de baixo impacto ambiental, mas também um incentivo à disseminação de tais comportamentos.

Para definir indicadores associados a estas categorias socioambientais, incluindo o movimento de recursos e renda gerada por cada segmento, bem como o volume de exploração, o território ocupado e o tamanho da população, seria necessário um estudo mais aprofundado.²¹ Assim, as limitações empíricas e teóricas desta análise sugerem caminhos para reflexões mais avançadas sobre a interação complexa dos fatores que explicam o quadro socioambiental da Amazônia em termos da sustentabilidade ecológica.

21 Tal estudo deverá ter como ponto de partida alguns dados gerais sobre o volume de terras indígenas e unidades de conservação na Amazônia Legal, bem como a proporção da população regional que se encontra diretamente envolvida em ações voltadas à promoção de uma política ambiental sustentável. Considerando-se que a soma das terras indígenas e unidades de conservação resulta em cerca de 30% da Amazônia Legal e que a população rural amazônica representa aproximadamente 40% da população total da região, pode-se ter uma imagem da magnitude e da importância deste estudo.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo (1998). *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo/Campinas: Hucitec e Unicamp.
- ALBERNAZ, Ana Luisa & AYRES, José M. (1999). "Selective logging along the middle Solimões River". In C. PADOCH, J. M. AYRES, M. PINEDO-VASQUEZ & A. HENDERSON (Eds.) *Várzea – diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplains*. Nova York: NYBG Press.
- ALBERT, Bruce (1985). "Temps du sang, temp des cendres. Représentation de la maladie, système rituel et espace politique chez les Yanomami du sud-ouest (Amazonie Brésilienne)". Paris 10: Tese de doutorado.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner (1995). *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta.
- ALMEIDA, Oriana & UHL, Christopher (1996). Planejamento do uso do solo do município de Paragominas utilizando dados econômicos e ecológicos. In O. ALMEIDA, org., *A Evolução da Fronteira Amazônica – oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Belém: IMAZON.
- ANDERSON, Anthony; MOUSTASTICSHVILY, Igor & MACEDO, Domingos (1999). "Logging of *Virola surinamensis* in the Amazon Floodplain: impacts and alternatives". In C. PADOCH, J. M. AYRES, M. PINEDO-VASQUEZ & A. HENDERSON (Eds.) *Várzea – diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplains*. Nova York: NYBG Press.
- ARAÚJO, Roberto & SCHIAVONI, Gabriela (1999). *A ilusão genealógica. Exercício do parentesco e vínculos locais na fronteira agrária da Amazônia*. Manuscrito.
- ARAÚJO, Roberto (1993). *La cité domestique. Stratégies familiales et imaginaire social sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne*. Universidade Paris X: Tese de doutorado.
- ÅRHEM, Kaj (1996). The Cosmic Food Web: human-nature relatedness in the Northwest Amazon. In: DESCOLA, Phillipe e PÁLSSON, Gísli *Nature and society. Anthropological Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge.
- ARNT, Ricardo; PINTO, Lúcio Flávio e PINTO, Raimundo. *Panará: a volta dos índios Gicantes*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (1984). *Relatório antropológico sobre o grupo indígena Salumã (Enawnê-Nawê)*. São Paulo: Fipe.
- AYRES, José M. *et al.* (1999). "The conservation of biodiversity in an Amazonian flooded forest". In C. PADOCH, J. M. AYRES, M. PINEDO-VASQUEZ & A. HENDERSON (Eds.) *Várzea – diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplains*. Nova York: NYBG Press.
- BALÉE, William (1994). *Footprints of the forest*. New York: Columbia University Press.
- BARROS, Ana Cristina & UHL, Christopher (1999). "The Economic and Social Significance of Logging Operations on the Floodplains of the Amazon Estuary and Prospects for Ecological Sustainability". In C. PADOCH, J. M. AYRES, M. PINEDO-VASQUEZ & A.

- HENDERSON (Eds.) *Várzea – diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplains*. Nova York: NYBG Press.
- BELLIA, Vitor (1996). *Introdução à Economia do Meio Ambiente*. Brasília: Ibama.
- BENATTI, José Eder (1997). "Carajás: desenvolvimento ou destruição?" In M. Célia N. COELHO & Raymundo G. COTA (Eds.) *Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA.
- BENCHIMOL, Samuel (1999). *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Editora Valer/Editora da Universidade do Amazonas.
- BRANFORD, Sue & GLOCK, Oriel (1985). *The Last Frontier: fighting over land in the Amazon*. London: Zed Books.
- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CAPOBIANCO, João Paulo & GIANNINI, Isabelle. (1995). *Programa de uso sustentável de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas da Terra Indígena Xikrin do Cateté*. MS.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1972) *O Índio e o Mundo dos Brancos: Uma Interpretação Sociológica da Situação Tikuna*. São Paulo: Biblioteca Pioneira.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro (1999). "Populações Tradicionais e Conservação". Documento de trabalho apresentado no Seminário de Consulta "Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira". Macapá, PRONABIO/ Ministério do Meio Ambiente.
- CARVALHO, Renata (1999). Amazônia rumo ao "ciclo da soja". *Amazônia Papers # 2*, Ano I. Amigos da Terra, Programa Amazônia.
- CASTRO, Edna; MOURA, Edila & SÁ, Maria Lúcia (1995). *Industrialização e Grandes Projetos – desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- CHAGNON, Napoléon (1974). *Studying the Yanomamö*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- CHAYANOV, Alexander V. (1966) *The Theory of Peasant Economy*, eds. D. THORNER, B. KERBLAY, e R. E. F. SMITH. Manchester: Manchester University Press.
- CIMA - Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília: Presidência da República.
- COELHO, M. Célia N. & COTA, Raymundo G. (Eds.) (1997). *Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA.
- DA MATTA, Roberto (1973). *Panema, uma Tentativa de Análise Estrutural*. In: *Ensaio de Antropologia Estrutural*, pp. 63-92. Petrópolis: Vozes.
- DESCOLA, Phillipe (1994). *In the society of nature. A native ecology in Aazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.

- DESCOLA, Phillipe (1998). "A Estrutura ou Sentimento: a relação com o animal na Amazônia". *Mana* 4(1): 23-45.
- DIEGUES, Antonio Carlos (1996). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec.
- ESTERCI, Neide (1987). *O conflito no Araguaia. Peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1983 [1786]) *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi - CNPq - Fundação Roberto Marinho.
- FORSYTH, Tim; LEACH, Melissa e SCOONES, Ian (1998). *Poverty And Environment: Priorities For Research And Policy*. Estudo preparado para o PNUD e a Comissão Européia.
- FOWERAKER, Joe (1981). *The struggle for land: political economy of the pioneer frontier in the Brazil from 1930 to the present day*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FURTADO, Lourdes (1993). "Reservas pesqueiras – reflexões baseadas em uma proposta de pescadores do médio Amazonas". In L. FURTADO, W. LEITÃO & A. F. MELLO (Eds.) *Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT, CNPq, MPEG.
- GALE, Richard e CORDRAY, Sheila (1994). "Making sense of sustainability: nine answers to 'what should be sustained?'". *Rural Sociology*, 59(2):311-332.
- GALLOIS, Dominique T. (1993). "Jane Karakuri - O ouro dos Waiãpi: a experiência de um garimpo indígena. In A. C. MAGALHÃES (Ed.) *Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais*. Belém: Numa/UFPa.
- GALVÃO, Eduardo (1951) "Panema: Uma Crença do Caboclo Amazônico". *Revista do Museu Paulista* ns, V: 221-5.
- GALVÃO, Eduardo (1955). *Santos e Visagens – um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. Brasileira, volume 284. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GIANNINI, Isabelle V. (1993). "Sociedade e meio ambiente: um estudo de caso". In A. C. MAGALHÃES (Ed.) *Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais*. Belém: Numa/UFPa.
- GROSS, Daniel (1975). "Protein Capture and Cultural Development in the Amazon Basin". *American Anthropologist* 77: 526-49.
- HALL, Anthony (1991), *Amazônia, Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HARRIS, Mark (1996). "People of the Amazon Floodplain: kinship, work and sharing in a Caboclo community near Óbidos, Pará". Dissertação de doutorado, London School of Economics and Political Science, Universidade de Londres.
- HÉBETTE, Jean (1991a). A ocupação camponesa de uma área de fronteira e sua dinâmica social: o caso de Pau-Seco/Cametau. Atas do Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. *Agricultures Paysannes et Développement: Caraïbe – Amérique Tropicale*, Hors Série. Pointe-à-Pitre: Universidade das Antilhas e da Guaian.

- HÉBETTE, Jean (1991b). A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos.). In Jean HÉBETTE (ed.), *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro e Belém: FASE/Vozes e NAEA.
- HECKENBERGER, Michael J. (1996). *War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the upper Xingu of southwestern amazonia*. Tese de Doutorado, Universidade de Pittsburgh.
- HUGH-JONES, Stephen (1992). Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: business and barter in northwest Amazonia. In HUMPHREY, C. e HUGH-JONES, S. (Orgs.) *Barter, exchange and value. An anthropological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IANNI, Octávio (1979a). *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis: Vozes.
- IANNI, Octávio (1979b). *A luta pela terra. História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (1999). *Programas Regionais para uma Nova Política Indigenista*. www.socioambiental.org/noticias/naintegra/index.html.
- IUCN, WWF, UNEP (1991). *Caring for the Earth: a Strategy for Sustainable Living*. Gland: Suíça.
- LEONEL, Mauro (1998). *A Morte Social dos Rios – conflito, natureza e cultura na Amazônia*. São Paulo: Perspectiva, IAMÁ & FAPESP.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1973). *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LIMA AYRES, Deborah de Magalhães (1992). "The Social Category "Caboclo": history, social organization, identity and outsiders identification of the rural population of an Amazonian region". Dissertação de doutorado, Universidade de Cambridge, Inglaterra.
- LIMA, Deborah (1997). "Eqüidade, Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Biodiversidade". In *Faces do Trópico Úmido - conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Castro, Edna e Pinton, Florence (eds). Belém: Cejup.
- LIMA, Deborah de Magalhães (1998). "Relatório da Apresentação do Projeto Corredores Ecológicos aos Povos Indígenas do Médio e Alto Solimões". Brasília, Ibama/PPG-7, manuscrito.
- LIZOT, Jacques (1977). "Populations, ressources et guerre chez les Yanomami." *Libre*, 2: 111-115.
- MACEDO, Domingos S.; GIANNINI, Isabelle & TATTO, Nilto. (1997). "Programa de uso sustentável de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas da Terra Indígena Xikrin do Cateté. Segundo relatório de atividades." MS.
- MACEDO, Domingos S.; GIANNINI, Isabelle; ANDREAS, Fabíola & LADEIRA, Francisco B. (1997). "Programa de uso sustentável de recursos naturais e recuperação de áreas degradadas da Terra Indígena Xikrin do Cateté. Terceiro relatório de atividades". MS.
- MAGALHÃES, Sônia (1991). Expropriação e mobilização. A dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In Jean HÉBETTE (ed.), *O cerco está se*

- fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro e Belém: FASE/Vozes e NAEA.
- MARTINS, José de Souza (1991). A chegada do estranho (notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia). In Jean HÉBETTE (ed.), *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro e Belém: FASE/Vozes e NAEA.
- MARTINS, José de Souza (1997). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: USP / HUCITEC.
- MATTOS, Marli & UHL, Christopher (1996). Perspectivas econômicas e ecológicas da pecuária na Amazônia oriental na década de 90: o caso Paragominas. In O. ALMEIDA, org., *A Evolução da Fronteira Amazônica – oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Belém: IMAZON.
- McGRATH, David; CASTRO, Fábio de; CÂMARA, Evandro & FUTEMMA, Célia. (1999). "Community management of floodplain lakes and the sustainable development of Amazonian fisheries". In C. PADOCH, J. M. AYRES, M. PINEDO-VASQUEZ & A. HENDERSON (Eds.) *Várzea – diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplains*. Nova York: NYBG Press.
- MEGGERS, Betty (1977). *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MEIRA, Márcio (1993). No Tempo dos Patrões: extrativismo da piaçava entre os índios do rio Xié (alto rio Negro). Dissertação de Mestrado, Unicamp.
- MEIRA, Márcio (1999). *Índios e brancos nas águas pretas*. Museu Goledi: Manuscrito.
- MENGET, Patrick (1998). "História ocidental e história indígena". Palestra proferida no Museu Paraense Emílio Goeldi em julho de 1998.
- MORAN, Emílio F. (1979). The Trans-Amazonica: coping with a new environment. In Margolis, Maine e Carter, William E. (eds) *Brazil, Anthropological Perspectives: essays in honor of Charles Wagley*. New York: Columbia University Press.
- MORIN, Edgar (1997). "Por um Pensamento Ecologizado". In: Edna Castro e Florence Pinton (org.) *Faces do Trópico Úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup.
- NUGENT, Stephen (1993) *Amazonian Caboclo Society*. Providence/Oxford: Berg.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (1988). "O Nosso Governo" – os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero e MCT-CNPq.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco, coordenador (1998). "Atlas das Terras Ticunas". Rio de Janeiro, Projeto Museu Nacional/Finep/PPG-7/Cggt, manuscrito.
- OLIVEIRA, Ana Gita de; MEIRA, Márcio; POZZOBON, Jorge (1994). *Relatório antropológico, Áreas Indígenas Médio Rio Negro, Rio Téa e Rio Apaporis*. Brasília: Funai.
- PARKER, Eugene P. (1985). "Caboclicization - Transformation of the Amerindian in Amazonia, 1615-1800". In: *The Amazon Caboclo - Historical and Contemporary Perspectives*, ed.

- Eugene P. PARKER, pp. 1-49. Virginia: Studies in Third World Societies Publication No. 32.
- PETRETE, Miguel (1991). "As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais". In A. C. DIEGUES (Org.) *Populações Humanas, Rios e Mares da Amazônia - Anais do IV Encontro de Ciências Sociais e Mar no Brasil*. São Paulo: PPCAUB – USP.
- PINTO, Lúcio Flávio (1999). "Grandes Projetos: cavalos de Tróia na Amazônia". *Agenda Amazônica*, Ano I, nº 2, Belém.
- POZZOBON, Jorge (1999). O lumpen indigenismo do Estado brasileiro, *Journal de la Société des Américanistes* (no prelo, a ser publicado em 1999).
- REDCLIFT, Michael (1987). *Sustainable Development – exploring the contradictions*. Londres e Nova York: Routledge
- RIBEIRO, Darcy (1970). *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira.
- RICARDO, Fany (1999). "Terras Indígenas na Amazônia Legal". Documento de trabalho apresentado no Seminário de Consulta "Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira". Macapá, PRONABIO/ Ministério do Meio Ambiente.
- ROSS, Eric (1978). "Food Taboos, Diet, and Hunting Strategies: the Adaptation to Animals in Amazon Cultural Ecology". *Current Anthropology* 19: 1-19.
- RUFFINO, Mauro (1999). "Fisheries development in the lower Amazon River". In C. PADOCH, J. M. AYRES, M. PINEDO-VASQUEZ & A. HENDERSON (Eds.) *Várzea – diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplains*. Nova York: NYBG Press.
- SAHLINS, Marshall (1979). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SANTOS, Roberto (1980) *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles (1992). *Contested Frontiers in Amazonia*. Nova York: Columbia University Press.
- TASTEVIN, C. (1915) "La Maison Caboclo (Amazonas, Brésil)". *Anthropos, Revue Internationale d'Ethnologie et de Linguistique*, X-XI, pp. 553-561.
- THOMAS, Keith (1984). *Man and the Natural World – changing attitudes in England 1500-1800*. London: Penguin Books.
- TONIOLO, Angélica & UHL, Christopher (1996). "Perspectivas econômicas e ecológicas da agricultura na Amazônia oriental". In O. ALMEIDA, org., *A Evolução da Fronteira Amazônica – oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Belém: IMAZON.
- UHL, Christopher & ALMEIDA, Oriana (1996). "O Desafio da Exploração Sustentada da Amazônia". In O. ALMEIDA, org., *A Evolução da Fronteira Amazônica – oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Belém: IMAZON.

- VERÍSSIMO, Adalberto; BARRETO, Paulo; MATTOS, Marli; TARIFA, Ricardo & UHL, Christopher (1996). "Impactos da Atividade Madeireira e Perspectivas para o Manejo Sustentável da Floresta numa Velha Fronteira da Amazônia: o caso Paragominas". In O. ALMEIDA, org., *A Evolução da Fronteira Amazônica – oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Belém: IMAZON.
- VERÍSSIMO, José (1970 [1878]). *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará.
- VILLELA, Annibal (1966). *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará (Col. Amazônica, Série Augusto Montenegro).
- WAGLEY, Charles (1976). *Amazon Town, A Study of Man in the Tropics*. London, Oxford and New York: Oxford University Press. (publicado originalmente em 1953).